



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO**

MATHUSALÉM MACEDO BEZERRA

**DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO
MARAJÓ:** um estudo sobre a implementação dos programas REUNI, PARFOR,
UAB e PROUNI no Município de Breves (PA), no período de 2009 a 2013.

Belém
2014

MATHUSALÉM MACEDO BEZERRA

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MARAJÓ: um estudo sobre a implementação dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no Município de Breves (PA), no período de 2009 a 2013.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito avaliativo para conclusão do curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marina Yassuko Toma.

Belém
2014

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Bezerra, Mathusalém M.

Desenvolvimento Institucional da Educação Superior no Marajó: um estudo sobre a implementação dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no município de Breves, no período de 2009 a 2013/ Mathusalém M. Bezerra; orientadora Marina Yassuko Toma. – 2014.

95 f.: il.; 29 cm

Inclui Bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento, Belém, 2014.

1. Ensino Superior - Marajó. 2. Desenvolvimento institucional. 3. Plano de Desenvolvimento da Educação. I. Toma, Marina Yassuko, orientadora. II. Título.

CDD. 378.8115

MATHUSALÉM MACEDO BEZERRA

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MARAJÓ: um estudo sobre a implementação dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no Município de Breves (PA), no período de 2009 a 2013.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito avaliativo para conclusão do curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública, ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

Defendido e aprovado em: 12/12/2014

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dra. Marina Yassuko Toma
Orientadora - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Mario Miguel Amin Garcia Herreros
Examinador Interno- NAEA/UFPA

Prof. Dr. Adalberto da Cruz Lima
Examinador Externo – ITEC/UFPA

Resultado: _____

À Força Interior que conduz minha existência e
me leva a patamares mais altos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo amor que recebo diariamente e que me serve de inspiração constante.

À minha querida orientadora Prof.^a Dra^a Marina Yassuko Toma, por ter me trazido à conclusão desta pesquisa e por toda a cordialidade com que sempre me tratou.

A todos os meus amigos do Campus Universitário do Marajó-Breves, em especial ao João Marcelino e ao Carlos Magno, que colaboraram com os dados acadêmicos apresentados nesta pesquisa.

Aos amigos da UNOPAR Arley Duarte e João Paulo Gonçalves.

À diretora de ensino de Breves, minha querida irmã Lucyjane Macedo Bezerra, por todo o apoio que me deu na pesquisa.

Ao meu pequeno grande amigo Maurício M. de Carvalho, pelo suporte no levantamento e organização dos dados estatísticos apresentados.

Aos amigos André Otoni, Juan Diniz, Pedro Paulo Menino, Joicy Costa, em nome de todos os demais, muito obrigado!

Ideas are like fish. If you want to catch little fish, you can stay in the shallow water. But if you want to catch the big fish, you've got to go deeper.

(David Lynch)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar o papel dos programas Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais PROUNI no processo de ampliação de vagas na educação superior no Marajó no período de 2009 a 2013, a partir das instituições de ensino superior públicas e/ou privadas presentes no município de Breves, que polariza no Marajó pelo menos oito municípios. A base teórica da pesquisa é composta por estudos que abordam o processo de desenvolvimento humano proporcionado pela ampliação do acesso à educação superior em regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para a realização dos objetivos da pesquisa, aplicou-se a metodologia qualitativo-exploratória de levantamento e análise de dados primários e secundários, obtidos por meio de estudo documental em bases de dados diversas, e observação sistemática do ambiente organizacional das instituições de educação superior do município de Breves. Essas informações foram cruzadas a dados censitários e a metas definidas para os programas pesquisados, contextualizando o panorama atual de ampliação de acesso à educação universitária no Marajó. Os resultados demonstram as características da implementação dos programas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) no Marajó, identificando a importância, as limitações e as possibilidades de desenvolvimento institucional da educação superior no Marajó.

Palavras Chave: Educação Superior. Marajó. Plano de Desenvolvimento da Educação.

ABSTRACT

This research aims to examine the role of the Programs REUNI, PARFOR, UAB and PROUNI in the expansion process of vacancies in higher education in Marajó, from 2009 to 2013, from higher education institutions, public and/or private, hosted in the municipality of Breves, that polarizes in Marajó at least eight municipalities. The theoretical basis of the research consists of studies that approach the human development process provided by the expansion of access to higher education in low HDI regions. To achieve the research objectives, it was applied a qualitative and exploratory methodology of survey and analysis of primary and secondary data obtained through desk study on various data bases, and systematic observation of the organizational environment of higher education institutions in the municipality of Breves. This information was crossed to the census data and to the targets set for the programs surveyed, contextualizing the current landscape for expanding the access to the university education in Marajó. The results demonstrate the characteristics of the implementation of PDE programs in Marajó, identifying the importance, limitations and institutional development possibilities of higher education in Marajó.

Keywords: Higher Education. Marajó. Education Development Plan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Ilha do Marajó.....	26
Fotografia 1	Reivindicação por implantação de universidade em Breves (1998).....	36
Fotografia 2	Início da construção do Campus de Breves (1996).....	37
Organograma 1	Organograma do Campus Universitário do Marajó-Breves.....	39
Figura 1	Estrutura de Funcionamento da UAB.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados Sociodemográficos da Microrregião dos Furos de Breves.....	32
Tabela 2	Dados Sociodemográficos da Microrregião de Portel.....	32
Tabela 3	Área do Campus Universitário de Breves em 2013.....	38
Tabela 4	Distribuição Regional das Matrículas por região (2009-2013).....	54
Tabela 5	Relação entre o número de docentes sem formação superior e o de matriculados em curso de Primeira Licenciatura.....	55
Tabela 6	Distribuição das matrículas em turmas implantadas (2009-2013).....	56
Tabela 7	Número de matrículas implantadas por EA (2009-2013).....	56
Tabela 8	Estatísticas gerais da Educação Superior, por Categoria Administrativa (BRASIL, 2013).....	63
Tabela 9	Número de matrículas, ingressos e concluintes de cursos de graduação para cada 10.000 habitantes, segundo Área Geral do Curso (OCDE 2010) (BRASIL, 2010-2013).....	66
Tabela 10	Número de vagas na Educação Superior criadas por IES públicas no município de Breves no período de 1990 a 2013.....	67
Tabela 11	Número de vagas no ensino superior criadas por período, no município de Breves: 1990 a 2013).....	67
Tabela 12	Total de vagas por curso de 1990 a 2008 em Breves.....	68
Tabela 13	Número de vagas criadas por Programa do PDE, no município de Breves, no período de 2009 a 2013.....	69
Tabela 14	Progressão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Breves (4ª Série ou 5º ano), 2005 a 2021.....	71
Tabela 15	Progressão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Breves (8ª Série ou 9º ano), 2005 a 2021.....	71
Tabela 16	Vagas por curso ofertadas pelo Programa PROUNI no período de 2009 a 2013.....	75
Tabela 17	Total de vagas por curso após o PDE (2009-2013) no Município de Breves.....	77
Tabela 18	Distribuição de vagas ofertadas em Breves por Grande Área no período de 1990 a 2013.....	78
Tabela 19	Características por Programa do PDE no município de Breves de 2009 a 2013.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
COFINS	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
CONSUN	Conselho Universitário
CPGA	Coordenação de Planejamento, Gestão e Avaliação.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CUMB	Campus Universitário do Marajó-Breves
DEB	Diretoria de Formação dos Professores da Educação Básica
DED	Diretoria de Educação a Distância
EAD	Educação à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICPBRASIL	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPA	Instituto Federal do Pará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDTSAM	Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó
PDU	Plano de Desenvolvimento da Unidade
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
PNE	Plano Nacional da Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIE/UFPA	Sistema de Informações Estudantis da UFPA
SIGAA/UFPA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIMEC	Sistema de Informações do Ministério da Educação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SISPROUNI	Sistema do PROUNI
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Programa Universidade Aberta do Brasil

UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNAMAZ	Associação das Universidades Amazônicas
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UVA	Universidade Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Aspectos Gerais.....	17
1.2	Problema.....	20
1.3	Objetivos.....	21
1.4	Justificativa.....	22
1.5	Metodologia.....	23
2	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MARAJÓ.....	26
2.1	Clima, hidrografia e biodiversidade.....	26
2.2	Povoamento do Marajó.....	28
2.3	História.....	28
2.4	Contexto Populacional.....	29
2.5	Transportes.....	29
2.6	Contexto Socioeconômico.....	30
2.7	Políticas públicas para o desenvolvimento do Marajó.....	33
2.8	Duas décadas de presença da UFPA no Marajó das Florestas.....	36
3	PONTOS COMUNS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA.....	41
3.1	Aspectos qualitativos da educação superior na América Latina.....	41
4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	46
4.1	O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras- REUNI.....	49
4.1.1	Aspectos Gerais.....	49
4.1.2	Oferta de Vagas nos Cursos de Graduação.....	49
4.1.3	Concursos para Docentes e Técnicos.....	50
4.1.4	Obras nas Universidades Federais.....	50
4.1.5	Bolsas de Assistência.....	51
4.1.6	Reestruturação Universitária.....	51
4.2	O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica- PARFOR.....	52
4.2.1	Princípios pedagógicos e objetivos do PARFOR.....	53
4.2.2	Resultados entre 2009 e 2013.....	54
4.3	O Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).....	56
4.4	O Programa Universidade para Todos (PROUNI).....	60
4.5	Censo da Educação Superior 2013.....	62

5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	66
5.1	Evolução histórica do processo de ampliação de vagas na educação superior no município de Breves.....	66
5.2	Características do programa REUNI no município de Breves no período de 2009 a 2013.....	68
5.3	Características do programa PARFOR no município de Breves no período de 2009 a 2013.....	70
5.4	Características do Programa UAB no município de Breves no período de 2009 a 2013.....	73
5.5	Características do programa PROUNI no município de Breves no período de 2009 a 2013	75
5.6	Considerações gerais dos impactos dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no município de Breves no período de 2009 a 2013.....	77
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
	REFERÊNCIAS.....	83
	APÊNDICES.....	88

1 INTRODUÇÃO

1.1 Aspectos Gerais

A educação, nos seus diversos níveis, ambientes e modalidades, é o alicerce para a formação humana e consequente desenvolvimento social no mundo contemporâneo, onde a construção e transmissão do conhecimento acontecem em rede, através de organizações de elevado nível de desempenho em inovação, tecnologia, produção e desenvolvimento, proporcionado pelo potencial humano dos seus *stakeholders*, especialmente os internos. No Brasil, o sistema educacional, pilar do desenvolvimento nacional, sofreu grandes mudanças a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que definiu fundamentos para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização; a redução das desigualdades sociais e regionais e promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O sistema educacional público do Brasil foi regulamentado oito anos depois da Constituição de 88, com a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, chamada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Os princípios estabelecidos na LDB referem-se diretamente ao texto constitucional quanto à busca por igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; a valorização do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; gestão democrática do ensino público; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A LDB, em seu Art. 9º, definiu como uma das responsabilidades da União elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE), em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Os principais objetivos do PNE, implementado em 2001 foram: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na

elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2001, p. 7)

O Art. 43 da LDB estabelece que a educação superior tenha por finalidade: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Foram estabelecidos 26 objetivos no PNE 2001-2010, subdivididos em metas de médio e longo prazos envolvendo, principalmente, a universalização do acesso ao ensino fundamental e médio de qualidade, a ampliação do atendimento a deficientes e a crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, a adoção da educação integral, combinadas à melhoria dos recursos humanos envolvidos, por meio de investimentos na formação de professores e em quadro técnico qualificado.

O PNE previa estabelecer um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de educação infantil, com a colaboração da União, Estados e Municípios, inclusive das universidades e institutos superiores de educação e organizações não governamentais, que realize as seguintes metas: a) que, em cinco anos, todos os dirigentes de instituições de educação infantil possuam formação apropriada em nível médio (modalidade Normal) e, em dez anos, formação de nível superior; b) que, em cinco anos, todos os professores tenham habilitação específica de nível médio e, em dez anos, 70% tenham formação específica de nível superior. A partir da vigência do plano, somente admitir novos profissionais na educação

infantil que possuam a titulação mínima em nível médio, modalidade normal, dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em curso específico de nível superior (BRASIL, 2001).

O PNE 2001-2010 se desdobrou no Plano de Desenvolvimento da Educação, no ano de 2007. As diretrizes do PDE ressaltam ações e princípios no intuito de: garantia da expansão com qualidade da oferta de vagas, dado o baixo índice de acesso à educação superior pela população na faixa etária de 18 a 24 anos, que no Brasil, em 2007, era de 11% (em 2013, segundo o IBGE, são 13,95%); promoção de inclusão social pela educação e do fim do filtro de natureza econômica, que exclui sistematicamente jovens, gerando desperdício de talentos; promoção da ordenação territorial para que o ensino de qualidade seja acessível às regiões remotas do país; elevação do desenvolvimento social tendo a educação superior como elemento-chave da integração e da formação da nação, seja como peça fundamental na formação de recursos humanos qualificados, seja como peça fundamental na produção científico tecnológica.

Os programas vinculados ao PDE foram implementados gradativamente, com evidência para os três programas inicialmente centrais: o REUNI, o PROUNI e a UAB, acompanhados, logo em seguida, a partir de 2009, pelo PARFOR.

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (BRASIL, 2013)

O PROUNI foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

O UAB busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação à distância. (BRASIL, 2013).

O PARFOR é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, oferta emergencial de cursos de licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica.

1.2 Problema

O Brasil apresenta elevado déficit de acesso à educação superior, com taxa líquida de acesso de 13,95% para a população de 18 a 24 anos, segundo dados do INEP (2011). O déficit educacional também é alto na formação de professores da educação básica. Destoando negativamente das médias nacionais, o Estado do Pará lidera o ranking de Estados com maior índice de professores sem formação superior e de jovens fora da universidade. Esse processo de exclusão ainda é mais intenso na região de Integração do Marajó, onde a taxa de frequência líquida à educação superior varia de 1 a 4% (INEP, 2011).

Os programas implementados pelo Governo Federal em parceria com os Estados, municípios e organizações privadas, a partir do PDE 2007, no intuito de expandir o alcance das instituições públicas de ensino superior, representam o principal meio de acesso da população do Marajó à educação superior, uma vez que instituições privadas ainda estão se inserindo no mercado local.

Por ter a maior população do Marajó, aproximadamente 94 mil habitantes (IBGE, 2014) e conseqüentemente apresentar maior dinâmica econômica que os municípios circunvizinhos, o município de Breves polariza, no Marajó, pelo menos oito municípios (Anajás, Afuá, Bagre, Currealinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista). Desde 1990 são ofertados cursos de graduação no Município, que sedia o único campus universitário da região, o Campus Universitário do Marajó-Breves, da Universidade Federal do Pará. Os primeiros cursos instalados no município tinham oferta limitada de turmas, entre uma ou duas por ano, todas na área da licenciatura, de modo que exerceram impacto na formação de professores da educação básica para a região.

A oferta de vagas na educação superior pública no Marajó tornou-se maior e mais diversificada com a implementação dos programas REUNI, PROUNI, PARFOR e UAB, iniciados no ano de 2009. A partir desse período houve ampliação da infraestrutura do Campus da UFPA em Breves, que através de recursos do Programa REUNI, realizou ampliação do quadro técnico administrativo e docente. No mesmo ano, o PARFOR entrou em operação como medida emergencial para a formação de professores da educação básica. Em seguida, o Programa UAB foi implementado com recursos tecnológicos da educação à distância. E através de IES

privadas, o Programa PROUNI também passou a representar o processo de ampliação de vagas no município a partir de 2012.

Considerando a importância desses programas para o desenvolvimento institucional da educação superior no Marajó e o papel estratégico que desempenham na formação de recursos humanos qualificados e no desenvolvimento de ciência e tecnologia regional, esta pesquisa analisa a seguinte problemática: como se caracterizou o processo de ampliação do número de matrículas na educação superior no Marajó realizado através dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no município de Breves-Marajó-PA, no período de 2009 a 2013?

Esta problemática considera, além dos indicadores já apresentados, o contexto de crise social da região que recentemente teve grande divulgação na mídia nacional pelos resultados IDH-M (PNUD, 2013), que colocou os municípios do “Marajó das Florestas” no final do ranking nacional do IDH-M. Os dados do índice de Desenvolvimento da Educação Básica também sempre ficam abaixo da média nacional, apontando para o elevado déficit de acesso à educação, à saúde e saneamento básico nos municípios da região. Nesse contexto, os objetivos desta pesquisa são apresentados na seção a seguir.

1.3 Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar o papel dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no processo de ampliação de vagas na educação superior no Marajó no período de 2009 a 2013, a partir das instituições de ensino superior públicas e/ou privadas presentes no município de Breves.

Objetivos específicos:

- a) Avaliar os principais avanços tangíveis e intangíveis proporcionados pelos programas no Marajó;
- b) Analisar a gestão da rede de instituições que executam os programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no Município de Breves;

c) Diagnosticar o panorama da educação superior no Marajó a partir da implementação dos cursos de graduação vinculados aos programas REUNI, PARFOR, UAB E PROUNI no Município de Breves, no período de 2009 a 2013.

1.4 Justificativa

A educação superior tem sido objeto de estudos constantes por acadêmicos de Universidades da Amazônia, que em cooperação com organismos internacionais, como a UNESCO e a UNAMAZ, vêm produzindo estudos da Universidade sobre a educação universitária, numa metalinguagem que representa a importância da educação superior no mundo globalizado, caracterizado, devido ao rápido avanço na produção e distribuição de novas tecnologias, como a sociedade do conhecimento.

Os desafios institucionais da educação superior na Amazônia são proporcionais ao tamanho da subcapacidade da infraestrutura instalada atualmente na Região, delineados pelo baixo índice de desenvolvimento humano regional. Os índices de acesso à educação superior são muito insuficientes em comparação com padrões internacionais e até mesmo latino americanos. Na região do Marajó, interior do Estado do Pará, esse processo foi intensificado pela demora na instalação de universidades, que somente veio a ocorrer com a UFPA no ano de 1986, no Município de Soure e, posteriormente, em 1990 no Município de Breves.

Foi uma presença frágil, de pouco alcance estratégico, até o período de implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007. Os planos emergenciais para a formação de professores e o Programa REUNI determinaram um período de grande ampliação do número de vagas na educação superior no Marajó. No entanto, o processo foi rápido e um tanto desordenado. Sob a coordenação de autarquias de ensino federais os municípios se mobilizaram juntamente aos gestores de unidades de ensino superior locais para o estabelecimento de convênios para a criação de turmas de cursos de graduação. Turmas estas que passaram a funcionar em circunstâncias desafiadoras em termos de capacidade de gestão, espaço e infraestrutura.

A necessidade de compreensão do papel dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no processo de ampliação de vagas na educação superior no Marajó é de grande importância, uma vez que se trata de um estudo sobre os

resultados de um sistema de políticas públicas que envolve o acesso a direitos humanos fundamentais como a educação e o trabalho.

1.5 Metodologia

Esta pesquisa aplica o método qualitativo para analisar os principais elementos que caracterizam a ampliação do número de matrículas na educação superior no Marajó, vinculadas aos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no município de Breves-Marajó-PA. O estudo se delimita a uma abordagem exploratória, que de acordo com Gil (1999), proporciona uma visão geral, de tipo aproximativo, sobre determinado fato. Objetiva o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias, envolvendo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso.

Segundo Menga (1986, p. 18, apud MARCONI; LAKATOS, 2011, 271), o estudo qualitativo “[...] se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. Por exemplo, um vestibulando que necessita de 70 pontos para ser aprovado a um curso superior, será apenas mais um candidato inscrito no processo seletivo se obtiver até 69 pontos, mas se atingir os 70 será um estudante universitário. Sendo assim, a mudança qualitativa seria a passagem de uma qualidade ou de um estado para outro (MARKONI; LAKATOS, 2011, p. 87).

Para atender aos objetivos da pesquisa, que se referem à análise descritivo-qualitativa dos resultados dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no processo de ampliação de vagas na educação superior no município de Breves-Marajó, no período de 2009 a 2013, este estudo partiu de pesquisa bibliográfica em livros e periódicos científicos nacionais e internacionais, matérias jornalísticas e demais fontes de informação confiáveis e relevantes para a pesquisa. Em seguida, foi realizada análise documental em bancos de dados eletrônicos, censos demográficos, arquivos, relatórios e atas de reuniões das unidades gestoras locais, inclusive de órgãos vinculados a Prefeituras Municipais.

Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica tem como vantagem a cobertura de uma ampla gama de fenômenos e a possibilidade de obtenção de dados dispersos, como dados demográficos e sociais. O autor recomenda que o pesquisador tenha cuidado com as fontes para evitar replicar erros de pesquisas

anteriores. Conforme (GILI, 1999), a pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, mas, diferentemente, os materiais analisados geralmente não tiveram tratamento analítico, como na pesquisa bibliográfica. Os documentos pesquisados podem ser documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações. Inserem-se nessa categoria, também, documentos com algum tratamento analítico anterior, tais como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc.

O método da observação sistemática (MARCONI; LAKATOS, 2011) foi também aplicado para a obtenção de informações sobre a infraestrutura de espaço físico, equipamentos, recursos de tecnologia da informação e comunicação e demais fatores internos às Instituições de Ensino Superior (IES) que puderam servir de apoio à análise qualitativa desenvolvida.

O enfoque mais particular que o estudo dedica às instituições sediadas no município de Breves se baseia em critérios que consideram a capacidade de realização da pesquisa, de acordo com os recursos disponíveis ao autor, e o fato de esse município exercer a função de polo de formação de pessoal de nível superior, por sediar cursos da UFPA/PARFOR, cursos da UAB e instituições privadas que ofertam cursos à distância no Marajó.

Os cursos de graduação ofertados no município de Breves abrangem pelo menos nove dos dezesseis municípios da Região de Integração do Marajó. Esses municípios se situam na Microrregião dos Furos de Breves (05 municípios) e na Microrregião de Portel (04 municípios). Devido essa parte da Ilha de Marajó, que se situa ao sudoeste do arquipélago, ser formada por florestas, terra firme, várzeas e igapós é chamada de Marajó das Florestas (PACHECO, 2010), e se refere ao conjunto formado pelos municípios de: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista.

Para a realização dos objetivos da pesquisa, foi aplicada a metodologia qualitativo-descritiva de levantamento e análise de dados primários e secundários obtidos por meio de estudo documental em bases de dados diversas e observação sistemática do ambiente organizacional das instituições de educação superior do município de Breves.

A pesquisa foi realizada no período de junho de 2013 a outubro de 2014. Os procedimentos aplicados na pesquisa foram:

- a) Levantamento de referencial bibliográfico em livros, periódicos e teses;

- b) Obtenção de informações diversas no portal Google (www.google.com);
- c) Obtenção de dados atualizados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- d) Acesso a dados do Censo da Educação Superior do Instituto Anísio Teixeira (INEP);
- e) Acesso a dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD-2013)
- f) Acesso a programas de Governo nos portais dos seguintes ministérios: Ministério da Educação, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Desenvolvimento Social;
- g) Levantamento documental junto às instituições envolvidas em: relatórios de gestão; planos de desenvolvimento; sistemas de informação;
- h) Acesso a documentos de autarquias de ensino federais e de escolas e centros de ensino públicos municipais;

As Informações levantadas foram:

- a) Descrição dos sistemas educacionais de ensino superior nacional e internacional;
- b) Caracterização do cenário brasileiro de déficit de acesso à educação superior;
- c) Diagnóstico do ambiente socioeconômico do Marajó;
- d) Identificação das políticas públicas sociais e educacionais em execução no Marajó;
- e) Quantitativo de vagas ofertadas na educação superior pública no Município de Breves;
- f) Observação sistemática nas instituições;

Com o conjunto de informações sobre o processo de ampliação de vagas na educação superior no Município de Breves fechado, buscou-se convergi-lo a outras informações qualitativas obtidas, referentes às metas dos Programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI, e às características do processo em termos de variação anual do número de vagas ofertadas, cursos ofertados, grandes áreas abrangidas, participação de cada programa na oferta de vagas, participação do sistema privado e impacto social dos programas.

2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MARAJÓ

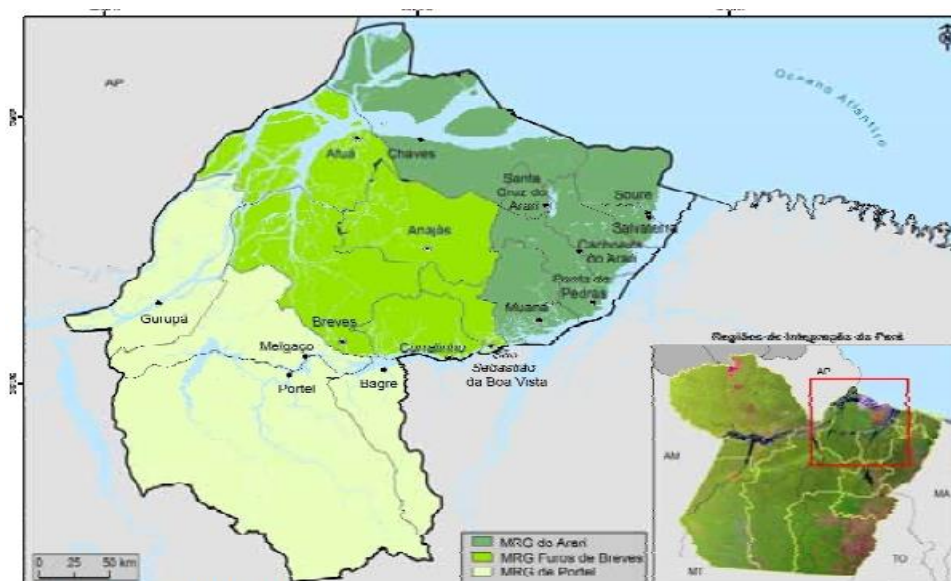
2.1 Clima, hidrografia e biodiversidade

A Ilha do Marajó localiza-se na confluência dos rios Amazonas e Tocantins com o Oceano Atlântico e forma o maior arquipélago flúvio-marítimo do planeta. É limitada ao norte pelo canal principal do rio Amazonas e pelo Oceano Atlântico, ao sul pela Baía do Marajó, a oeste pelo canal de Breves e a leste pelo Oceano Atlântico, entre 0° e 2° S de latitude e 48°20' e 51° W de longitude. O Arquipélago do Marajó, integralmente situado no Estado do Pará, constitui-se numa das mais ricas regiões do país em termos de recursos hídricos e biológicos. (AZEVEDO et al., 2000).

A Região de Integração do Marajó é formada por dezesseis municípios. Na Microrregião dos Furos de Breves se situam os municípios de Afuá, Anajás, Breves, Curalinho e São Sebastião da Boa Vista. A Microrregião dos Furos de Portel é formada pelos Municípios de Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. Na Microrregião do Arari ficam os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure (BRASIL, 2006).

O mapa 1 apresenta os 16 municípios da Região de Integração do Marajó, distribuídos por microrregião, que incluem 4 municípios situados fora do arquipélago – Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel.

Mapa 1 - Ilha de Marajó



Fonte: PDTSAM (2007).

O clima da região é do tipo Ami, cujo regime pluviométrico anual define uma estação seca, porém com total pluviométrico suficiente para manter este período, não caracterizando déficit hídrico. A temperatura média do mês mais frio é superior a 20 a 20 °C e temperatura média anual de 26°C. A precipitação anual é sempre maior que 2.000 mm.

O relevo da região marajoara é marcado por uma brusca interrupção da planície de aluviões holocênicas da calha do Amazonas, logo abaixo da foz do Xingu. A montante desta área corre o rio Amazonas em extensa planície, que está em pleno processo de colmatação (aterramento), por mecanismos muito específicos daquele rio. Ocorre então uma nítida separação entre duas feições geomorfológicas diferentes devido à jusante, a principal sedimentação ter sido quase totalmente extinta. Estas duas feições são separadas pelo arco de Gurupá, que coincide sua posição com a separação entre duas formas de deposição.

A hidrografia é caracterizada por uma intrincada rede de drenagem formada por emaranhado de canais recentes, paleocanais, furos, baías, paranás, meandros abandonados, lagos e igarapés, marcando um complexo em evolução, onde se destacam os rios Amazonas, Pará, Anapu, Jacundá e Anajás, com seus inúmeros afluentes (BRASIL, 1974).

A hidrografia regional tem importância vital, destacando-se seu aproveitamento econômico: a) como único meio de transporte e comunicação entre as cidades e vilas; b) como potencial pesqueiro; e c) como enriquecedor sedimentar das várzeas, através da ação dos rios de água barrenta.

Em relação à vegetação, há basicamente quatro tipos de ecossistemas: a várzea, o igapó, a terra firme e os campos naturais. Esses ecossistemas possuem madeira de alto valor econômico, como a maçaranduba, a sucupira, a andiroba, a sumaúma e outras. Como fornecedoras de produtos não madeireiros destacam-se a seringueira, o açazeiro, o pracaxi, o buriti e o taperebá (NETO, 1976).

A fauna marajoara é bastante diversificada, com destaque para várias espécies. Entre estas espécies, cita-se a onça pintada, o maracajá, a raposa da mata, o jupará, a anta, o quati e o guaxinim. Os peixes são também outra grande riqueza do arquipélago, sendo os mais conhecidos o tucunaré, o puraquê ou peixe-elétrico, a pescada, a piraíba, o pirarucu, as piranhas, o candiru e o tamuatá.

2.2 Povoamento do Marajó

A ocupação humana no Arquipélago do Marajó é bastante remota. Não existem testemunhos escritos sobre o modo de vida dos habitantes pré-coloniais no Marajó. Segundo pesquisas mais recentes, os indícios de ocupação no arquipélago datam de 5000 a. C. por meio dos deslocamentos de povos nômades. O desenvolvimento de sociedades complexas só começa a surgir a partir do século V (cultura marajoara), onde são encontrados vestígios de cerâmica em antigos cemitérios indígenas da ilha.

Como não há vestígios escritos dos antigos povos marajoaras, é necessário a preservação dos sítios arqueológicos, elementos que contam grande parte da história marajoara, se onde encontram uma grande variedade de elementos da famosa cerâmica marajoara. Os tipos de sítios mais conhecidos são os sambaquis, todavia também são encontrados os sítios de horticultores, os de construtores de tesos (sociedades complexas que trabalhavam o manejo da terra e dos recursos hídricos), os Aruã (sítios que têm urnas funerárias antropomorfas), os coloniais (datados dos primeiros contatos com os europeus) e os potenciais (sítios em que são necessárias pesquisas mais aprofundadas) (GUIDON, 2005).

2.3 História

Os primeiros europeus a chegarem ao Marajó foram os espanhóis através da expedição comandada por Vicente Pizón à Ilha, batizada como Ilha Grande de Joanes, recebeu o nome de Marajó em 1754, que em tupi significa barreira do mar. Em seguida, vieram os portugueses e que entraram em conflito com os povos indígenas que aqui habitavam, dizimando e escravizando milhares deles durante os séculos XVII e XVIII. Também criaram as sesmarias, grandes porções de terra que foram distribuídas as principais famílias lusitanas (REVISTA MUNDO MISSÃO, 2004).

A economia marajoara se destacou principalmente como fornecedora de produtos naturais, como a borracha, a castanha do Pará, a madeira e outros. Também se praticava a agricultura e a pecuária, entretanto, estas atividades geravam produtos apenas para consumo local. Essa formação tem a ver com as atividades desenvolvidas desde os tempos coloniais. No entanto, a economia da

borracha repercutiu nas relações sociais de trabalho, devido ao intenso processo de extração e comercialização sob o regime de aviamento, portanto, a valorização da borracha pela industrialização, particularmente nos períodos de 1830 a 1912, gerou um período de dinamismo na economia regional.

Findo este ciclo, surge o áureo período de exploração madeireira no final do século XX, em que houve significativa geração de divisas e empregos, mas não necessariamente distribuição das riquezas arrecadadas e diminuição das desigualdades sociais. O quantitativo populacional era ainda baixo se comparado com outras regiões paraenses e amazônicas, e as concentrações populacionais dispersavam-se por vários pontos distantes.

A pecuária só passa a ganhar destaque a partir da década de 1970, com base no latifúndio, com pastagens cultivadas em áreas desmatadas. Este novo sistema pastoril implicou numa queda substantiva da participação do latifúndio tradicional e em impactos ecológicos negativos (IDESP, 1994).

2. 4 Contexto Populacional

O ritmo de crescimento da população do Marajó tem sido semelhante à média verificada no Estado do Pará, e um pouco acima da média nacional. Entre 1991 e 2000, cresceu à razão de 2,05% ao ano. O crescimento populacional é alto devido as elevadas taxas de natalidade e fertilidade, entretanto, boa parte emigra para outras regiões, principalmente para a capital paraense e região metropolitana. Entretanto, a densidade demográfica da região é bastante reduzida (3,6 habitantes/km²) e a maior parte da população marajoara encontra-se nas áreas rurais (61%). Os municípios com os maiores contingentes populacionais encontram-se em Breves, Portel e Afuá (IBGE, 2010).

2.5 – Transportes

O sistema de transportes no Marajó limita-se ao marítimo e ao hidroviário. Praticamente inexitem rodovias na região e as poucas vicinais existentes são intransitáveis na estação das chuvas. O transporte empregado, tanto para a condução dos moradores quanto para o escoamento da produção, é feito pelos rios, usando-se embarcações diversas, barcos, canoas motorizadas e cascos a remo.

A ligação das cidades marajoaras se dá com Belém e Macapá, por intermédio de linhas fluviais regulares de passageiros e cargas. Existe um projeto não implementado de construção de hidrovia, com a abertura de um canal artificial de 32 km, ligando os rios marajoaras Anajás e Afuá, o que permitiria a existência de uma via de transporte efetiva no interior da grande ilha e encurtaria em 150 km a ligação hidroviária entre Belém e Macapá (de 580 para 430 km). Para acessar cidades como Anajás, a partir de Belém, são mais de 24h de viagem via fluvial.

Em meados da década de 2000 diversos convênios foram assinados entre algumas prefeituras municipais e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para a construção de terminais hidroviários, que substituíram os rudimentares trapiches. Quanto ao transporte aéreo, inexistem linhas aéreas regulares no arquipélago, resumindo-se o atendimento à região aos voos da FAB e às empresas de táxi aéreo que fazem fretes regulares para os municípios.

O sistema de transporte intermunicipal no Marajó ocorre através de embarcações de pequeno porte, com lotação média de 40 a 50 passageiros, que também realizam o transporte de cargas e combustível. As viagens podem ser curtas com duração de 3 horas, como no caso de viagens do município de Breves para Portel ou Bagre. Mas também podem durar 12 horas de Breves para Gurupá ou para Anajás.

A falta de investimentos em infraestrutura de transportes fluvial, rodoviário e aéreo no Marajó, somada às características geográficas da região, de baixa densidade demográfica e grande afastamento entre as sedes municipais, interligadas economicamente somente pelos rios, favoreceram à formação do atual cenário de exclusão social da população da região.

2.6 Contexto Socioeconômico

A economia do Marajó é sustentada em grande parte pelos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), dentre outros programas que induzem a geração de empregos diretos e indiretos. Além de as Prefeituras serem as maiores fontes de renda dos municípios, recursos advindos de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, tem forte impacto sobre a economia local. Assim, com o aumento de repasses públicos que acompanha o crescimento populacional e

econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do Marajó cresceu no período de 2008 a 2011, após a derrocada do ciclo madeireiro na região. O município com o maior PIB apurado em 2011 foi Breves (R\$ 358 milhões), seguido de Portel (R\$190 milhões) e Afuá (R\$124 milhões) e os municípios com os menores PIBs eram Bagre (R\$61 milhões) e Melgaço (R\$ 79 milhões) (IBGE, 2011).

Apesar de a economia do arquipélago ter ficado estagnada em meados da primeira década de 2000, após o fim do ciclo da madeira, nos últimos anos houve aumento de investimentos públicos na região, especialmente de programas ligados à ampliação do sistema educacional, que levou à geração de empregos diretos e indiretos. É comum, hoje, que o principal empregador dos municípios do Marajó seja a Secretaria Municipal de Educação de cada município. Outras instituições recém-instaladas como hospitais estaduais e universidades federais também exercem impacto sobre a economia local.

No entanto, ainda se mostram insuficientes. Recentes números dos estudos do PNUD (2013) sobre o IDH-M no Brasil colocaram os municípios da Ilha de Marajó no centro das discussões da mídia nacional por terem sido classificados na categoria de baixo a muito baixo IDH-M. Dentre os principais fatores que colaboraram para que 08 municípios da região apresentassem IDH-M muito baixo, estão o baixo nível educacional e de renda da população.

Os dados sociais e demográficos apresentados nas tabelas 1 e 2 caracterizam um contexto social de elevada pobreza, altas taxas de analfabetismo e baixo acesso à educação superior no Marajó das Florestas (Microrregião dos Furos de Breves e Microrregião de Portel). Os resultados do Atlas PNUD (2013) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) no Brasil destacam que dentre os 50 municípios com IDH-M muito baixo dentre todos os 5.555 municípios brasileiros existentes no período da pesquisa, seis se encontram no Marajó e, dentre estes, o município de Melgaço, com IDH-M de 0,418, lidera o ranking de baixo para cima do IDH-M nacional, com o pior IDH-M do Brasil. Os demais municípios com IDH-M muito baixo (abaixo de 0,5) são Chaves (IDH-M 0,459), Bagre (IDH-M 0,471), Portel (IDH-M 0,483), Anajás (IDH-M 0,484) e Afuá (IDH-M 0,489). O número de pessoas cadastradas em programas de transferência de renda geralmente ultrapassa dois terços da população em todos os nove municípios envolvidos nesta pesquisa. A elevada taxa de analfabetismo chega a 36,68% no município de

Melgaço e 32,98% em Anajás, ultrapassa os 20% em oito dos nove municípios, enquanto que a média nacional é de 9,61%.

Tabela 1 - Dados Sociodemográficos da Microrregião dos Furos de Breves

Indicador	Marajó: Municípios Da Microrregião Dos Furos De Breves					País
	Afuá	Anajás	Breves	Curralinho	São Sebastião Boa Vista	Brasil
População Total	35.042	24.759	92.860	28.549	22.904	190.755.799
IDH-M	0,489	0,484	0,503	0,502	0,558	0,727
Taxa de frequência líquida ao ensino superior (18 a 24 anos)	4,18	2,13	4,16	3,96	0,95	13,95
Taxa (%) de analfabetismo 15 anos ou mais	28,88	32,98	24,74	21,60	15,71	9,61
Número de Pessoas Cadastradas no Bolsa Família – renda mensal de até R\$ 140,00	24.500	19.889	63.049	22.897	18.994	

Fonte: Elaborado pelo Autor (2014). Censo IBGE 2010. Atlas PNUD 2013. Ministério do Desenvolvimento Social – Relatório de Informações Sociais 2013.

Tabela 2- Dados Sociodemográficos da Microrregião de Portel

Indicador	Marajó: Municípios da Microrregião de Portel				País
	Bagre	Gurupá	Melgaço	Portel	Brasil
População Total*	23.864	29.062	24.808	52.172	190.755.799
IDH-M	0,471	0,509	0,418	0,483	0,727
Taxa de frequência líquida ao ensino superior (18 a 24 anos)	1,00	2,86	3,67	3,83	13,95
Taxa (%) de analfabetismo 15 anos ou mais	23,98	24,82	36,68	30,10	9,61
Número de pessoas cadastradas no Bolsa Família – renda mensal de até R\$ 140,00	14.969	21.638	18.628	34.475	

Fonte: Elaborado pelo Autor (2014). Censo IBGE 2010. Atlas PNUD 2013. Ministério do Desenvolvimento Social – Relatório de Informações Sociais 2013.

Esses resultados levaram a movimentos nas diversas esferas da sociedade, incluindo os governos federal, estadual e municipal, juntamente a movimentos da sociedade civil, em que se passou a serem discutidas medidas emergenciais de intervenção no Marajó. Dentre essas medidas, o governo federal convocou em 2013 uma assembleia em Belém para a retomada das ações do Plano de

Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM), além da implementação de um plano específico para a agricultura e regularização fundiária.

O diagnóstico realizado pelo PDTSAM no ano de 2007 apontava os principais desafios para as políticas públicas de educação, saúde, meio ambiente, emprego e renda no Marajó. Esse estudo descreveu os problemas de isolamento da população ribeirinha do Marajó das Florestas, marcada pelo alto índice de doenças infecciosas como a Malária, o elevado índice de desemprego, o quase nulo acesso a saneamento nas cidades e elevado número de habitações inadequadas, a suscetibilidade a doenças causadas pela contaminação da água, o elevado número de pessoas analfabetas na zona rural e, dentre outros problemas, o baixo acesso da população urbana e rural a níveis da educação superior, técnica ou tecnológica.

Novas relações de governança institucional no Marajó têm sido construídas já há algumas décadas pela atuação de setores não estatais, como a Igreja Católica, que através da atuação política do Bispo do Marajó, Dom José Luís Azcona, tem chamado a atenção de gestores públicos para a necessidade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável do Marajó. Outros grupos mais recentes, advindos da sociedade civil tem atuado, dentre outros setores, no lobby legislativo para a criação de uma universidade federal no Marajó.

2.7 Políticas públicas para o desenvolvimento do Marajó

O PDTSAM, de 2007, previa em suas diretrizes ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, agrotécnicas, técnicas, e abertura de novos núcleos universitários no Marajó com formação orientada para as demandas locais (PDTSAM, 2007, p. 78). Porém, assim como a maioria dos objetivos do plano, este não foi atingido, pois até o momento não foram abertos novos núcleos de universidades públicas na região marajoara. Houve, em 2010, a implantação de um campus do Instituto Federal do Pará (IFPA), para educação técnica e tecnológica e estruturação de um polo local da UAB.

O PDTSAM não previa programas específicos para o Marajó, mas sim políticas interinstitucionais que a partir da coordenação de um comitê central executaria as ações no Marajó. O Governo Federal reconheceu a deficiência na

estrutura de governança do PDTSAM (2007), tanto que, em 2013, convocou e reuniu no prédio da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em Belém as partes interessadas do Plano, incluindo representantes dos ministérios membros do comitê gestor do plano, prefeitos, movimentos sociais, congressistas, dentre outros, no intuito de retomar as ações (esquecidas) e reorganizar a estrutura de gestão do plano, nomeando a SUDAM como órgão responsável pela coordenação local.

No caso específico da educação superior, as ações implementadas no Marajó foram diretamente vinculadas ao PDE de 2007, sem relação explícita ao PDTSAM, que é do mesmo ano. Os principais investimentos do PDE ocorreram na ampliação do número de matrículas nos Campi da Universidade Federal do Pará (UFPA) de Breves e Soure, com a implantação de novas faculdades, a contratação de professores e técnicos administrativos, além da melhoria da infraestrutura de equipamentos e de tecnologia da informação e comunicação.

Dados atualizados do IBGE indicam que há cerca de 16 mil alunos matriculados no ensino médio no Marajó, sem distinguir a quantidade de alunos por série. Tomando-se como referência o número de vagas ofertadas pelos dois campi da UFPA, um no Município de Breves outro no município de Soure, e pelo Campus da UEPA, em Salvaterra, foram ofertadas um total de 360 vagas no ano de 2013 para atender, também, à população adulta que já saiu do ensino médio. Dados do INEP (2011) confirmam esse déficit de vagas na educação superior no Marajó, pois o Censo da Educação Superior (2011) aponta que a taxa de frequência líquida à educação superior (população de 18 a 24 anos) no município de Breves é de 4,16, sendo que a média nacional é de 13,95, e na região varia de 1,00 no município de Bagre a 4,18 no município de Afuá.

Desde o início da década de 90 que instituições de ensino superior atuam no Marajó a partir de subunidades implantadas no município de Breves, tendo iniciado o processo com a implantação de um núcleo da Universidade Federal do Pará, no Município, que se tornou Campus Universitário no ano de 2006 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2010). Ao longo desse período houve também a participação de instituições privadas na oferta de educação superior no município, principalmente através da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). Essas duas instituições atenderam à elevada demanda existente em todos os municípios da região de florestas do Marajó, tendo atuado exclusivamente na formação de professores, com

oferta de cursos de licenciatura em ciências humanas, naturais e exatas, destacando-se a área de Pedagogia.

No entanto, o *boom* de ampliação de vagas em cursos de licenciatura, com maior diversidade de formação, ocorreu a partir do ano de 2009, através da UFPA com investimentos do Programa REUNI e, principalmente, também no ano de 2009, com a implantação do PARFOR, voltado exclusivamente para professores da educação básica sem formação superior ou que atuem em área diferente da área de formação. O sistema privado também ampliou sua participação nesse período, principalmente a partir de 2011 com a instalação da Universidade do Oeste do Paraná (UNOPAR), que atualmente também oferece bolsas parciais e integrais através do programa PROUNI.

Instituições privadas iniciaram a oferta de bacharelados no município de Breves, a partir do ano de 2006, com a abertura de cursos da área de ciências sociais aplicadas e cursos tecnológicos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, ofertados pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). O primeiro curso de bacharelado ofertado por uma IES pública ocorreu com a implantação do curso de Serviço Social no Campus da UFPA no ano de 2009, financiado pelo Programa REUNI. Mais recentemente, no ano de 2013, foram implantados os cursos de Turismo e Enfermagem, com turmas flexibilizadas de Institutos da UFPA em Belém para o Campus de Breves, e o Programa Universidade Aberta do Brasil implantou o Curso de Bacharelado em Administração Pública à distância, no polo da UAB em Breves.

As prefeituras locais configuram-se, no processo de governança de políticas públicas no Marajó, como um dos principais indutores das relações de coordenação interinstitucionais para a efetivação das ações necessárias ao alcance das metas formuladas nos programas de governo. No aspecto das políticas públicas para a educação superior no Marajó, a história de implantação do Campus Universitário da UFPA em Breves pode servir de referência para se constatar essa importância. Conforme descrito no Plano de Gestão do ano de 2010 do Campus Universitário do Marajó-Breves, que relata de forma sucinta o histórico dos 20 anos de presença da Universidade Federal do Pará na região de florestas do Marajó (Furos de Breves e Portel), o apoio da prefeitura municipal de Breves foi fundamental para o funcionamento dos cursos de graduação no início da década de 90 e para a construção do Campus Universitário do Marajó-Breves no final da mesma década.

2.8 Duas décadas de presença da UFPA no Marajó das Florestas

No Marajó, o Município de Soure foi o primeiro a sediar cursos da UFPA, passando a receber alunos de diferentes municípios da região, inclusive Breves, a partir do ano de 1986. No entanto, a distância e a inexistência de meios de transporte diretos tornava uma odisséia o deslocamento dos alunos de Breves para a cidade de Soure. Devido às dificuldades de acesso e a consciência da importância estratégica de Breves no cenário socioeconômico e cultural do Marajó, cresceu cada vez mais o ímpeto da sociedade local, especialmente dos jovens, na luta pela implantação de um *campus* da UFPA no município de Breves. A mobilização de diferentes segmentos da sociedade trouxe em 1990, o ingresso, via processo seletivo, acadêmicos para o curso de Licenciatura e Bacharelado em História, do núcleo de Breves, vinculado ao Campus de Soure.

A fotografia 1 apresenta estudantes reivindicando pela implantação de curso superior no Município de Breves, no final da década de 80. A necessidade de se deslocar até o Campus de Soure, que funcionava desde 1986, tornava praticamente inviável o acesso a jovens do município que fica na região de florestas, lado oposto, no sudoeste da Ilha, em relação a Soure, que fica no nordeste. Para chegar de Breves até Soure é necessário ir até o porto das Docas, em Belém, após no mínimo 12 horas de viagem, e pegar mais três horas e meia via fluvial e rodoviária até Soure, numa viagem que pode durar até 24h.

Fotografia 1- Reivindicação por implantação de universidade em Breves (1988).



Fonte: Campus Universitário do Marajó-Breves Relatório de Gestão 20 anos (2010).

Após a implantação da primeira turma em 1990 no Município de Breves, as ofertas prosseguiram nos anos posteriores com turmas interpoladas dos cursos de Matemática, Geografia, Pedagogia, Letras e Ciências Naturais. Esses cursos tinham vinculação acadêmica com as faculdades do Campus do Guamá, em Belém, mantidos com recursos da interiorização e por parceria com a Prefeitura Municipal de Breves.

Em 1995 foi ofertada a primeira turma regular do curso de Licenciatura em Pedagogia. Mas somente em 2000 foi finalizada a construção do 1º bloco de salas do Campus, quando começou a projetar-se uma identidade física que continua se delineando em uma curva ascendente nos anos subsequentes.

A fotografia 2 apresenta o início das obras no terreno do Campus Universitário do Marajó-Breves, cuja cessão à UFPA se efetuou mediante articulações de representações políticas, empresariais, estudantis e de trabalhadores em educação, com o apoio de diferentes municipalidades (particularmente Bagre, Portel, Melgaço e Gurupá), as primeiras turmas da UFPA, em Breves, seguiam os estudos em escolas do município: Miguel Bitar, Maria Elizete Fona Nunes, Santo Agostinho e Emerentina Moreira Souza.

Fotografia 2- Início da Construção do Campus de Breves (1996).



Fonte: Relatório de Gestão do Campus de Breves 20 anos (2010).

No ano de 2006 ocorre mais um fato de destaque nesse processo: o estatuto da UFPA reconhece de direito o campus da Instituição em Breves.

Art. 27. São *Campi* da UFPA os polos de Belém, Abaetetuba, Altamira, Bragança, **Breves**, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2006, grifo nosso).

Em 22 de janeiro de 2008 dá-se a aprovação do Regimento Interno do *Campus* Universitário do Marajó - Breves, por intermédio da Resolução nº 639/2008, do Conselho Universitário (CONSUN).

Em 2010, o Regimento Interno é revisto e reconfigurado em sistemáticas reuniões do Conselho do *Campus*, culminando na elaboração de uma nova minuta, que busca referendar as mudanças ocorridas desde a aprovação da resolução 639/2008 - CONSUN. Atualmente, o *Campus* possui em sua estrutura acadêmico-administrativa 05 (cinco) faculdades: Ciências Naturais, Educação e Ciências Humanas, Letras, Matemática e Serviço Social, que se lançam à busca de consolidação do ensino acadêmico, ao lado do fortalecimento da pesquisa e extensão universitárias.

A tabela 3 mostra que o Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB) possui área construída de 2.314,97 m² e encontra-se em processo de expansão de seus espaços físicos, com o início das obras para construção de mais dois prédios, um com 413 m² e outro 720 m², previstos para 2014.

Tabela 3 - Área do Campus de Breves em 2013

Área Construída (m ²)	Área Não Construída (m ²)		Área Total (m ²)
	Urbanizada	Não Urbanizada	
2.597,907	6.403,092	190.183,27	199.184,27

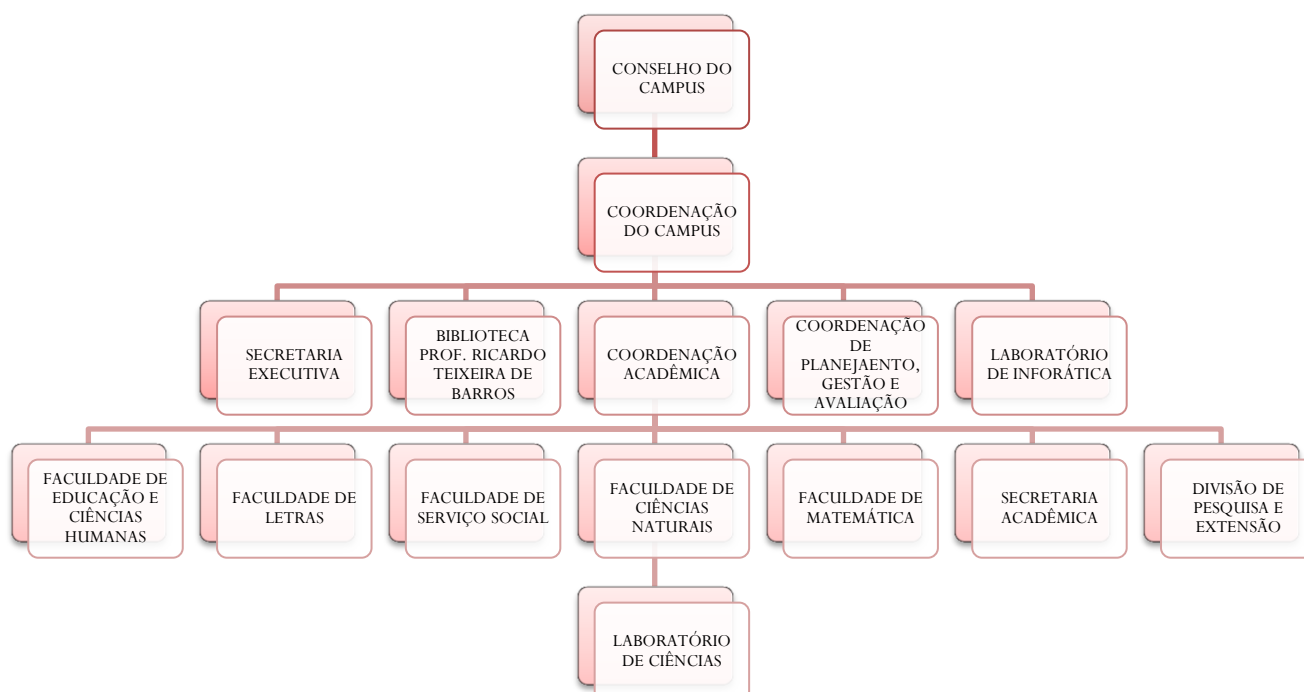
Fonte: Relatório Anual CUMB/CPGA (2013).

O Campus Universitário do Marajó-Breves foi o primeiro campus da UFPA a concluir a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Unidade (2012-2015). A missão do Campus de Breves, definida no plano, é produzir, socializar e transformar o conhecimento no Marajó para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável e inclusiva (PDU; CUMB, 2012). A visão é ser referência em ensino, pesquisa e extensão visando o desenvolvimento humano no Marajó (PDU; CUMB, 2012).

De acordo com o organograma 3, a estrutura organizacional do CUMB é composta pelo Conselho do Campus, Coordenação, Secretaria Executiva, Biblioteca

Prof. Ricardo Teixeira de Barros, Coordenação Acadêmica, Coordenação de Planejamento, Gestão e Avaliação, Divisão de Pesquisa e Extensão, Laboratório de Informática, Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Matemática, Faculdade de Ciências Naturais e Laboratório de Ciências Naturais.

Organograma 1-Organograma do Campus Universitário do Marajó-Breves



Fonte: Relatório Anual do Campus universitário do Marajó-Breves 2013.

A administração geral do Campus Universitário do Marajó-Breves é feita de forma colegiada, com autonomia administrativa e acadêmica, por sua coordenação, pelo Conselho do Campus, pelos diretores de faculdade e chefias de divisões. As ações são descentralizadas, conforme os princípios de gestão democrática estabelecidos no Regimento Geral, no Estatuto e no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará, dentre outras legislações federais e normas internas, seguindo os princípios gerais da Instituição, “em inter-relação mútua e em interação com a Administração Superior da UFPA na elaboração e consecução de projetos, planos e programas de interesse institucional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÀ, Estatuto da UFPA, Art. 26, Parágrafo Único, 2006).

Até o ano de 2010, quando completou 20 anos de presença em Breves, a UFPA formou no campo da licenciatura 812 (oitocentos e doze) profissionais/cidadãos. O Campus de Breves abrange um público de discentes - principalmente no período intensivo, vindos de diversos municípios do Marajó, incluindo, ainda, alunos que vem de outras regiões do Estado do Pará, dentre os quais estão os municípios de: Portel, Melgaço, Gurupá, Anajás, Afuá, Bagre, Currealinho, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, São Miguel do Guamá, Santa Luzia do Pará, Santa Bárbara do Pará, Belém, Ananindeua, Marituba, Castanhal, Bragança, dentre outros.

Os princípios do Campus Universitário do Marajó-Breves, apresentados no PDU 2012-2015, são: a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; gestão democrática representativa, pautada na transparência administrativa; estímulo à expressão cultural e regional; valorização dos recursos humanos; fortalecimento das parcerias e do diálogo com a sociedade; o fortalecimento das políticas de acesso e permanência do discente no ensino superior.

O contexto social, demográfico, econômico e educacional da Ilha de Marajó, mais especificamente das microrregiões dos Furos de Breves e de Portel, passou nas duas últimas décadas por mudanças qualitativas e quantitativas, que moldam o atual cenário da região como um complexo ambiente que, por um lado, apresenta diversas oportunidades e potencialidades econômicas para o desenvolvimento sustentável, mas de outro, ainda possui velhos problemas sociais, que desafiam as instituições públicas locais a construir estratégias e mecanismos de desenvolvimento socioeconômico que fogem à regra dos atuais projetos de desenvolvimento do Brasil e do Estado do Pará. Ao contrário das regiões economicamente mais fortalecidas do país, nesta região, os aspectos sociais e educacionais, que são competências essenciais do Estado, devem estar no topo das prioridades governamentais.

3 PONTOS COMUNS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM PAÍSES LATINO AMERICANOS.

3.1 Aspectos qualitativos da educação superior na América Latina

É ponto pacífico na América Latina as disfunções dos sistemas educacionais e a atual busca acelerada pela universalização dos níveis mais elevados e, até mesmo, da educação básica em algumas regiões. Segundo a Diretora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Ana Lúcia Gazzola, em palestra na *Conferencia Internacional Cooperación Amazónica y educación Superior para um Desarrollo Humano Sostenible*, realizada em Belém, no ano de 2007, o cenário atual da educação superior é marcado pela “*Expansión de la Sociedad del Conocimiento*” e pela “*Expansión en la demanda de Educación Superior*” (GAZZOLA, 2007, p. 21). Apesar dos estudos da UNESCO (2007) indicarem que Brasil, México e Argentina concentram mais de 60% das matrículas da educação superior na América Latina, as desigualdades regionais, principalmente no Brasil, representam ainda um grande entrave para a expansão da educação superior e a promoção do desenvolvimento humano sustentável em regiões historicamente desfavorecidas pelas políticas desenvolvimentistas nacionais, como a Amazônia e o Nordeste brasileiros.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece a educação como o direito de todas as pessoas à instrução gratuita e obrigatória nos níveis elementares e fundamentais, assim como à instrução superior baseada no mérito. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que o Estado deve efetivar sua função educacional mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da produção artística, segundo a capacidade de cada um (BRASIL, 1988). No entanto, em plena era da sociedade do conhecimento, a América Latina possuía, em 2006, segundo Gazzola, (2007), quase três vezes mais analfabetos que estudantes universitários, sendo 37 milhões para os primeiros e apenas cerca de 14 milhões para os últimos. Mas se o acesso à educação superior é um problema na América Latina e no Brasil, na Ilha de Marajó, região classificada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com os piores índices de

desenvolvimento humano do país (PNUD, 2013), o problema parece ser ainda mais complexo do ponto de vista de obtenção de melhorias a curto e médio prazo.

Uma contribuição importante sobre o desenvolvimento institucional da educação superior na Amazônia Sul Americana foi elaborada a partir do estudo intitulado “20 anos de Desenvolvimento da Educação Superior na Amazônia - Uma Contribuição para a Conferência Regional de Educação Superior - IESALC/UNESCO” (IESALC e UNESCO, 2008), que compila um conjunto de artigos sobre o desenvolvimento humano através do acesso à formação superior na América Latina. Com foco no contexto de diversidade social, cultural e ecológica da Pan Amazônia, o estudo está em consonância com a abordagem desenvolvida pela UNESCO sobre a cooperação interuniversitária a partir do papel do Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC) e a Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ) (IESALC e UNESCO, 2008).

Segundo Furlanetto (2007, p. 55), há um consenso entre diversos autores sobre a importância das instituições para o desenvolvimento econômico das regiões e, conseqüentemente, das nações. As obras que abordam essa questão mais especificamente são *As instituições econômicas do capitalismo*, de Oliver Williamson, e *Instituições, Mudança institucional e desempenho econômico*, de Douglas North. Por essa perspectiva é plenamente aceitável afirmar-se que o "o desenvolvimento de uma determinada região está diretamente ligado à eficiência de suas instituições [...]" Furlanetto (2007, p. 55). De acordo com Fiani (2013, p. 8) as instituições correspondem ao conjunto de regulamentos formais ou informais que permeiam as interações sociais, sendo que “um *ambiente institucional (institutional environment)* é constituído pelas regras políticas, sociais e legais mais básicas e gerais, que estabelecem o fundamento para o funcionamento do sistema econômico” (NORTH, 1971, p. 6, apud, FIANI, 2013, p. 8).

No estudo da UNESCO, Gazzola (2008 p. 30) aponta que, dentre os principais desafios para a educação superior na América Latina está a necessidade de “*expansión con calidad e equidad*”, de modo que os sistemas nacionais de educação superior sejam ampliados para, dentre outros objetivos como o aumento da competitividade através da formação de recursos humanos, proporcionem a inclusão das camadas menos favorecidas na educação universitária. Para esta autora, representante da UNESCO, a América Latina somente se efetivará na

sociedade do conhecimento através de investimentos em educação superior, que deve ser conduzida como uma política de Estado, instrumento de cidadania e de soberania nacional (GAZZOLA, 2008, p. 32).

Segundo Gazzola (2008, p. 61), há diferentes graus de dificuldade de acesso à educação superior, em detrimento do acesso baseado no mérito, na capacidade e no esforço de candidatos, o acesso de minorias culturais, população de baixa renda e pessoas com deficiência é mais difícil, devendo ser, portanto, estimulado através de políticas públicas. No entanto, o processo decisório de escolha de um curso de graduação nos dias atuais ultrapassa os valores do contexto social e das famílias, pautando-se mais pela razão de custo benefício e vantagens para o mercado de trabalho. Assim, acaba prevalecendo ao graduando, na busca por obter um emprego cuja renda atenda aos seus anseios, a “lei do menor esforço acadêmico para obtenção do título; lei da velocidade para obtê-lo o quanto antes; lei da segurança de colocação no mercado de trabalho na saída da universidade” (BRASIL, 2008, p. 85). Apesar de não ser possível concluir que a reserva de mercado ou a contenção da expansão garanta a qualidade da oferta, é importante observar que “a cobertura do sistema se evidencia em razão das matrículas” (BRASIL, 2007, p. 85).

Franco (2008), ao citar declaração da UNESCO para a *Conferencia Regional sobre Educación Superior* (1998), destaca que o desenvolvimento humano, a paz e a democracia são fundamentais como estratégias para que a ampliação do acesso à educação superior ocorra sem discriminação, com melhor vinculação ao mundo do trabalho e contribua para a construção de uma sociedade pacífica, justa, igualitária, solidária e livre. Para Costa e Acosta (2008, p. 339), também ao analisar as diretrizes da UNESCO para a América Latina, a inserção da região na sociedade do conhecimento depende de uma visão essencialmente social, de solidariedade e justiça, que reconheça a necessidade de tratamento diferenciado à população amazônica, atenda à sua diversidade sociocultural e aos seus direitos básicos. Isto deverá orientar uma transformação na atuação das IES, que sofreram os impactos das crises na economia mundial nos últimos 20 anos.

Sobre o aumento da participação da iniciativa privada no atendimento à educação superior, Brasil (2008, p. 82) ressalta que em 1999 essa participação chegava a 50,68%, já as IES públicas computavam 12,03% naquele período. O avanço do ensino médio levou a maior pressão para o aumento de vagas no país, porém, contraditoriamente ao déficit de acesso, no ano de 2003 o sistema tradicional

de oferta nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas demonstra sinais de esgotamento. Naquele ano, pela primeira vez, o número de vagas ofertadas foi superior ao número de inscritos nos processos seletivos. Juntaram-se a esse fato diversos outros fatores, como a baixa relação aluno/docente, insuficiente oferta de ensino noturno, a participação decrescente de instituições municipais que chegaram ao ano 2000 com um decréscimo de 8,5% em relação à década de 80, quando o percentual de IES municipais chegava a 49,86% em 1981. (BRASIL, 2008, p. 84)

A partir do ano de 1999, o Brasil passou a ocupar-se em tornar acelerada, complexa, diversificada e completa a oferta de vagas na educação superior, com destaque para a ampliação das vagas nos cursos de graduação influenciada pela educação à distância, que passaram por um crescimento histórico estrondoso no número de matrículas, indo de 1.682 em 2000 para 59.611 em 2004, ampliação que levou mais de 10 anos para ser realizada somente com o sistema presencial. Convém mencionar que grande parte dessa oferta ocorreu na área de Ciências Humanas, com destaque para a formação de professores, e na área de ciências sociais aplicadas, principalmente no campo da administração. (BRASIL, 2008, p. 87)

Em sua descrição sobre a abordagem dada à educação superior no Seminário Internacional Universidade XXI, realizado em Brasília, no ano de 2003, Brasil (2008, p. 103) aponta para as funções apresentadas na Conferência Mundial de Educação Superior de 1998, em Paris, que considerava um contexto de crise no sistema, a necessidade de vinculação da educação superior a um projeto de nação e a promoção da soberania nacional a partir de investimentos em Educação e Ciência e Tecnologia. Quanto a este último tópico, a autora ressalta os problemas das insuficientes oportunidades educacionais no país e a forte tendência à mercantilização da educação num cenário mais próximo, fatores estes que se mostram negativos para avanços em ciência e tecnologia. Os relatores da conferência em Brasília apresentaram os seguintes pontos de tensão para a elaboração de um projeto de reforma da educação superior: (1) Massificação do ensino vs Excelência; (2) Participação Social vs Mérito; (3) Educação Pública vs Educação Privada; (4) Investimento no Ensino Fundamental vs Investimento no Ensino Superior; (5) Autonomia Universitária vs Avaliação Externa [...]; (6) Políticas Nacionais vs Internacionalização. (GAZZOLA, 2008, p.103)

O processo de desenvolvimento desordenado da educação superior apresenta características comuns nos países da América Latina. Segundo Franco (2008, p. 118), na Colômbia a expansão é lenta tanto na cobertura quanto na qualidade da formação ofertada. É elevado o crescimento de cursos técnicos e tecnológicos e predominam sistemas semipresenciais e à distância que pecam nos aspectos de pertinência e valor, na contextualização social, ambiental e econômica da América Latina, fundamental à formulação de iniciativas de desenvolvimento sustentável e melhoria das condições materiais e intelectuais do povo latino americano (FRANCO, 2008, p 118). Na Colômbia, cunhou-se o termo “*universidade de garaje*” (FRANCO, 2008, p. 169) para designar as instituições privadas surgidas de forma desordenada, geralmente, para oferta de cursos técnicos e tecnológicos em horário noturno, caracterizadas por baixo perfil acadêmico, precária infraestrutura de corpo docente (sem maior formação em pesquisa), poucos recursos de tecnologias da informação e comunicação e configurações obsoletas. (FRANCO, 2008, p. 164)

Segundo Recharte (2008, p. 242), no Peru as diversidades de um país multilíngue, pluricultural, multiétnico e de grande biodiversidade não são reconhecidas pela educação superior. Este país também passa pelos mesmos problemas colombianos de expansão desordenada de cursos privados, que, no caso peruano, ocorre na área pedagógica e de formação tecnológica (RECHARTE, 2008, p. 242). Um estudo da *Pontificia Universidad Católica del Peru*, realizado em 2001, demonstra que o Peru investia US\$ 2,19 per capita na educação superior, enquanto que o Brasil investia US\$ 36,30 e o Chile US\$ 24,23.

Os resultados da Reunião Internacional das Cátedras Unesco do setor educacional, realizada em janeiro de 2014, apontou que as principais forças motoras da mudança ocorrida na educação superior se devem à crescente e diversificada demanda social de ingresso; à incorporação das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e pesquisa; à multiplicação de modelos de educação superior à distância; e à consolidação do setor privado e de multinacionais de serviços de ensino superior. Esse ambiente de transformações força a adaptação dos dispositivos de garantia de qualidade ao sistema heterogêneo formado pelas instituições de ensino superior (IESALC-UNESCO, 2014).

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Existem diferentes definições sobre o que é política pública. Resumidamente, a política pública trata-se de um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA; FERRAREZI, 2007).

Complementando esse conceito, Rúa (1997) argumenta que a política pública compreende um conjunto de procedimentos destinados a alocação de bens e recursos públicos; e que os atores envolvidos neste processo são diversos e possuem características distintas. Existem também diversas formas de analisar uma política. Baseando-se no estudo realizado por Dye (2009), Ferreira; Alencar e Pereira (2012) destacam alguns modelos referenciais: o institucional, o processual, o de grupo, o racional, o de elite, o incremental o da teoria dos jogos, o da opção pública e a sistêmica. No modelo processual, a política pública é concebida como um conjunto de processos político-administrativos (formulação, implementação e avaliação), que conformam um ciclo deliberativo, formado por vários estágios, constituindo um processo dinâmico e de aprendizado (FREY, 2000; SOUZA, 2006). A etapa de formulação pode ainda ser subdividida: em definição de agenda, avaliação das opções e seleção das opções.

A partir das diretrizes do Plano Nacional de Educação (2001-2010) diversas políticas educacionais foram implementadas objetivando a redução do déficit de acesso à educação superior no Brasil, que se encontra bem maior que o de outros países da América Latina (CORRÊA, 2007, apud SOUZA et al., 2013, p. 4). No período de implantação do PNE, em 2000, o Brasil apresentava um índice de 12% de acesso da população de 18 a 24 anos à educação superior, um dos mais baixos da América Latina, bem abaixo de países como Chile (20,6%), Venezuela (26%) e Bolívia (20,6%), mesmo incluindo o setor privado (BRASIL, 2001, p. 38). De acordo com Costa; Barbosa e Goto (2011) e Bertolin (2011) (apud, SOUZA et al., 2013), na atual sociedade do conhecimento, somente será possível ao Brasil melhorar sua posição no Ranking do IDH, obter diminuição nas taxas de desemprego e elevar a renda per capita através da ampliação do acesso à educação superior.

Desde o período Colonial a educação tem sido fator de preocupação no Brasil, época em que se instalou a primeira escola, na cidade de Salvador. Com a vinda da Família Real, no intuito de elevar o nível cultural do País e capacitar profissionais para atuarem no novo governo instalado, diversas escolas foram criadas na Colônia (COSTA; BARBOSA; GOTO, 2011, apud SOUZA et al., 2013, p. 4). Assim, quando o rei de Portugal equiparou o Colégio Superior de Évora à Universidade de Lisboa, a educação superior foi instalada no Brasil, com forte influência do modelo português (BARICHELLO, 2001, apud FLECK, 2013, p. 284).

A primeira concepção de um plano nacional de educação teve início no final do século XIX, com a instalação da República no país (BRASIL, 2001, p. 5). Já em 1932, um grupo da elite intelectual brasileira formado por 25 homens e mulheres elaborou um documento ao povo denominado de “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, em que propunham o estabelecimento de um plano de grande alcance, unitário e de bases científicas (BRASIL, 2001, p. 6). De acordo com Costa; Barbosa e Goto (2011) (apud, SOUZA, 2013 p. 4), foi a partir de 1950 que houve um grande marco para as políticas públicas educacionais brasileiras, impulsionadas pela necessidade de mão de obra qualificada para atender ao processo de dinamização da industrialização no país, sendo criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961. No período de vigência dessa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961, foi criado o primeiro Plano Nacional de Educação, datado de 1962, que compreendia um conjunto de metas a serem alcançadas no período de 08 anos, sem vinculação a programas específicos (BRASIL, 2001, p. 6).

Com as novas diretrizes da política de democratização do acesso à educação nacional surgidas a partir da Constituição Federal de 1988 e, que posteriormente foram regulamentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, Lei 9.394, um plano concreto subdividido em programas, elaborado em 1998, foi aprovado, e seria o Plano Nacional de Educação 2001-2010.

As diretrizes do PNE se referiam à ampliação de oportunidade de formação a diferentes faixas etárias, de modo que o acesso de cidadãos aos níveis mais elevados de educação seja adequado às necessidades da sociedade, propicie a formação de “lideranças científicas e tecnológicas, artísticas e culturais, políticas e intelectuais, empresariais e sindicais além das demandas do mercado de trabalho” (BRASIL, 2001, p. 8). A educação profissional deve complementar a educação

básica e proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências para a vida produtiva, integradas às diversas formas de educação, trabalho, ciência e tecnologia. (BRASIL, 2001, p. 8).

É importante ressaltar, que uma vez considerando-se a educação um processo sistêmico, a expansão das IES estaduais não deve se dar em detrimento dos investimentos no ensino médio, ou seja, os 25% da arrecadação de impostos destinados à educação estadual devem ser preferencialmente aplicados na educação básica (BRASIL, 2001, p. 38). Ao mesmo tempo em que esse aspecto deve ser observado, o crescente aumento de egressos do ensino médio tem levado a pressões pelo aumento de vagas na educação superior. Sendo assim, a expansão deve ser conduzida com atenção à qualidade, pois medidas unicamente quantitativas podem favorecer à massificação. O setor privado tem um papel importante no processo de ampliação de vagas, mas os parâmetros de qualidade dos sistemas de ensino devem ser respeitados (BRASIL, 2001, p. 42).

De acordo com Brasil (2008, p. 73), a consolidação da educação superior na Região Amazônica brasileira depende de uma política de revisão do investimento nacional em uma política que reverta o quadro assimétrico de desenvolvimento regional da educação superior, com vistas à articulação com o sistema nacional de ciência e tecnologia. A autora menciona que nos Estados do Pará, Amazonas e Amapá tem ocorrido crescimento da iniciativa privada com um perfil de formação em áreas do conhecimento que destoam da dinâmica local, “sem clara correspondência com o desenvolvimento social e econômico” (BRASIL; ACEVEDO, 2003, p. 168, apud BRASIL, 2008, p. 74), desvinculados dos “problemas emergentes de diversidade social, cultural, saúde, biodiversidade, recursos hídricos, tecnologias apropriadas” (BRASIL, p. 2008, p. 74). Segundo a autora, áreas reconhecidamente importantes para a Amazônia devem orientar a implementação de políticas para a ampliação do acesso à educação superior na região.

4.1 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI)

4.1.1 Aspectos Gerais

Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de fortalecer o papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social do país. (BRASIL, 2013).

Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos.

O Programa REUNI também elencou como principais metas: a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007 – ano de início do Programa – para o cumprimento das metas.

4.1.2 Oferta de Vagas nos Cursos de Graduação

As universidades federais submeteram suas propostas ao Reuni, com ênfase especial na interiorização que, em conjunto com a oferta de cursos de formação de professores, ampliação de vagas nos cursos existentes, inovação e novos formatos de cursos de graduação representam pontos fundamentais para a mudança do panorama atual do ensino superior no Brasil.

Considerando 2007 como ano referencial, quando o número de vagas em cursos presenciais de graduação totalizava 132.451, os projetos institucionais pactuaram um aumento para 146.762, o que representa acréscimo de 11%. No entanto, essa meta foi superada e em 2008 as universidades federais ofertaram um

total de 147.277 vagas (BRASIL, 2013). No ano de 2013 atingiram o número de 1.137.851 vagas, segundo o Censo da Educação Superior 2013 (INEP, 2014).

O sucesso do programa do ponto de vista governamental não pode ser medido apenas na abertura de novos cursos e vagas. Para o mesmo, é fundamental o acompanhamento do preenchimento dessas vagas. Além da criação das novas vagas, as universidades federais propuseram em seus planos de reestruturação várias ações para o preenchimento de vagas ociosas, oriundas da evasão.

4.1.3 Concursos para Docentes e Técnicos

A contratação de novos docentes e técnicos configura-se como uma das principais demandas do Reuni para tornar possível o cumprimento de suas metas estratégicas. A programação estruturada de autorizações de concursos e provimentos, que se iniciou em 2008, busca assegurar a criação dos novos cursos, a ampliação da oferta de vagas e a ocupação das vagas ociosas, bem como dar sustentabilidade ao funcionamento, em três turnos, das estruturas de suporte acadêmico e administrativo das universidades.

No ano de 2008 as 53 universidades federais que apresentaram projetos de adesão ao Programa Reuni pactuaram um montante de 3.459 cargos, sendo 1.821 de docentes e 1.638 técnicos. Desse total, 1.560 cargos docentes e 1.275 cargos de técnicos administrativos já foram nomeados.

A lei 12.667, de 25 de junho de 2012 criou cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito Ministério da Educação para redistribuição às instituições federais de ensino: 19.569 cargos de professor de 3º grau; 24.306 cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, técnico e tecnológico; 27.714 cargos de técnicos administrativos; 1 cargo de direção CD-1; 499 cargos de direção CD-2; 285 cargos de direção CD-3; 823 cargos de direção CD-4; 1.315 funções gratificadas FG-1; 2.414 funções gratificadas FG-2; 52 funções gratificadas FG-3.

4.1.4 Obras nas Universidades Federais

Considerando um universo de 2719 obras em 53 universidades federais, o índice de conclusão de obras do REUNI até setembro de 2013 era de 74%, representando 2.014 obras concluídas. As obras em execução representavam ainda

16% do universo, e, segundo dados do MEC, extraídos do Módulo de Obras/SIMEC, a maioria delas, deveriam ser concluídas até abril de 2014. Sendo assim, até abril de 2014, o Programa deveria contar com aproximadamente 90% de conclusão de suas obras. Considerando que o Programa já se encontra próximo ao seu período de encerramento, observou-se que 5% das obras ainda estão em processo de licitação. Este fato pode denotar que surgiram novas necessidades não previstas na etapa do planejamento dos Planos Diretores de Infraestrutura Física de algumas instituições que acabaram por atrasar todo o processo. É importante esclarecer, porém, que parte destas obras encontram-se em processo de licitação, pois tiveram seus contratos cancelados ao longo de seu processo de execução.

4.1.5 Bolsas de Assistência

O governo federal instituiu, através da Portaria Nº 582, de 14 de maio de 2008, as Bolsas Reuni de Assistência ao Ensino, nas modalidades de mestrado e doutorado. A concessão das Bolsas é realizada em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com recursos descentralizados pela (Secretaria de Educação Superior (SESU).

Com o aumento da oferta de novas vagas, as universidades federais passam a receber um contingente significativo de novos estudantes, muitos deles oriundos de escolas públicas e em condições socioeconômicas desfavoráveis. A Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que concede bolsas de auxílio para alimentação, transporte, moradia e apoio pedagógico.

4.1.6 Reestruturação Universitária

O Reuni atua em outras cinco dimensões: reestruturação acadêmico-curricular; inovação pedagógica; mobilidade intra e interinstitucional; compromisso social das universidades, e articulação entre graduação, pós-graduação e os demais níveis educacionais.

Nesse sentido, das 53 universidades federais que aderiram ao Reuni, 26 apresentaram projetos com componentes de inovação, os quais podem ser agrupados em cinco tipos: formação em ciclos (geral, intermediário, profissional ou

de pós-graduação); formação básica comum (ciclo básico ou por grandes áreas); formação básica em uma ou mais das grandes áreas: saúde, humanidades, engenharias e licenciaturas; bacharelados Interdisciplinares em uma ou mais das grandes áreas: ciências, ciências exatas, ciência e tecnologia, artes, humanidades, saúde; bacharelados com dois ou mais itinerários formativos.

As ações e estratégias do REUNI ocorrem por meio de investimentos diretos do programa, que também envolvem um conjunto de programas associados. Algumas metas importantes não foram concretizadas pelo Reuni em mais de 06 anos de existência. As possíveis causas para a não consecução de algumas dessas metas envolvem a combinação de vários fatores, que variam para cada caso, de forma a gerar o aperfeiçoamento da execução das metas do Programa Reuni, dentre os quais se destacam: dificuldades nos processos de contratação de docentes; dificuldades para oferta de cursos noturnos; atrasos na disponibilização dos espaços físicos (entraves nas obras, como por exemplo, regularização da dominialidade, licenças ambientais e condições climáticas adversas); readequação dos projetos institucionais, dentre outras.

4. 2 O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica-PARFOR

O PARFOR foi lançado em 28 de maio de 2009 e tem como meta principal a formação de professores em exercício que não possuem formação superior. Tem a finalidade de atender às disposições da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação, instituída pelo Decreto nº. 6.755/2009, cujas diretrizes estão ancoradas no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, criado pelo Decreto 6.094/2007 como programa estratégico do PDE.

Em consonância com as orientações, princípios e diretrizes destes institutos, na modalidade presencial, o PARFOR foi estruturado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as Instituições de Educação Superior (IES), para, respeitados o planejamento e a demanda dos sistemas de ensino, garantir a oferta de cursos de formação inicial, na modalidade presencial.

Baseando-se nas orientações do inciso III do artigo 11 do Decreto 6.755/2009, o PARFOR fomenta a oferta de turmas especiais em cursos regulares

das IES, destinados, exclusivamente aos professores em exercício na rede pública de educação básica que:

- a) não tenham formação superior ou que, mesmo tendo essa formação, queiram realizar curso na área/disciplina ou etapa em que atuam em sala de aula;
- b) atuem em área distinta da sua formação inicial;
- c) sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura.

A estratégia do Programa é estimular a criação de turmas especiais em cursos de licenciatura ofertados pelas IES; a implementação de cursos de programas de segunda licenciatura nos termos da Resolução CNE/CP nº 1/2009; e a oferta de programas especiais de formação pedagógica, nos termos da Resolução CNE/CP nº 2/1997.

Foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com 26 estados e o Distrito Federal. Aderiram ao Programa 142 IES de diferentes esferas administrativas. Nem todos, porém, concretizaram a oferta de cursos nos primeiros anos.

O PARFOR na modalidade presencial é implementado pela Diretoria de Formação dos Professores da Educação Básica (DEB). A Diretoria de Educação a Distância (DED) está responsável pela oferta de cursos na modalidade à distância.

4.2.1 Princípios pedagógicos e objetivos do PARFOR

Os princípios pedagógicos do PARFOR estão vinculados aos mesmos princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, explicitados no Art. 2º do Decreto 6.755/2009. Partem do direito de aprender de crianças e jovens, direito este que se estende a seus professores. Nessa perspectiva, a educação deve estabelecer-se em bases científicas e técnicas sólidas e em um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa e inclusiva.

Na formação, os princípios que devem orientar as IES no planejamento pedagógico são a articulação entre teoria e prática; a garantia do domínio de conhecimentos científicos e didáticos; a sociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o reconhecimento da escola como espaço necessário à formação inicial dos profissionais do magistério.

Em síntese, os objetivos específicos do PARFOR são: promover o acesso dos professores em exercício na rede pública de educação básica à formação superior

exigida pela LDB; consolidar os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, nos termos do Decreto 6.755/2009, como instância de debate, organização e acompanhamento da formação docente em cada unidade da federação; fomentar a articulação entre educação básica e educação superior, inclusive entre a pós-graduação, as IES e a escola básica; despertar o interesse dos professores formadores para a realização de estudos e pesquisas sobre formação docente, utilizando as vivências e as trocas de experiência e saberes advindos do estreito contato desses formadores com docentes em pleno exercício; elevar a qualidade da formação docente nas escolas de educação básica.

4.2.2 Resultados entre 2009 e 2013

O Relatório de Gestão do PARFOR (2013) mostra que entre 2009 e 2013, um total de 70.220 professores da rede pública efetuou matrícula em 2.145 turmas implantadas pelo PARFOR no Brasil. No mesmo período, foi ofertado no PARFOR um total de 244.065 vagas. Deste total 70,09% são cursos de Primeira Licenciatura, 26,59% de Segunda Licenciatura e 3,32% de Formação Pedagógica.

A tabela 4 apresenta a distribuição de matrículas no PARFOR por região no Brasil. A região Norte possui o maior percentual de matrículas, chegando a 48,86%. O desnível regional quanto ao número de matrículas no PARFOR ressalta o elevado déficit de acesso à educação superior nas regiões Norte e Nordeste.

Tabela 4 - Distribuição Regional das Matrículas por Região (2009-2013)

Região	Percentual de Matrícula por Região
Norte	48,86
Nordeste	38,18
Centro-Oeste	1,38
Sul	7,76
Sudeste	3,81
Total	100,00

Fonte: Relatório de Gestão PARFOR (2009-2013).

Do total de matriculados, o Estado do Pará (29,24%), Bahia (16,64%), Amazonas (10,92%), Piauí (9,92%) e Maranhão (5,18%) abrigam juntos, 62,68% das

matrículas no PARFOR. De acordo com os dados do Educacenso 2012, essas unidades federativas registraram, respectivamente, os percentuais de 33,13, 42,95, 20,87, 30,07 e 43,31 de funções docentes sem formação superior.

O Estado do Pará é a unidade federativa que mais atende pelo PARFOR ao total de funções docentes sem formação superior, alcançando 71,49%, conforme mostra a tabela 5, que também demonstra o baixo percentual de atendimento no Estado do Maranhão, onde somente 5,63% do total de professores sem formação superior foram matriculados no PARFOR.

Tabela 5 - Relação entre o número de docentes sem formação superior e o de matriculados em curso de Primeira Licenciatura.

Estado	Nº de funções docentes	Nº de funções docentes sem formação superior	Nº de matriculados em cursos de 1ª Licenciatura	Percentual de Atendimento
Pará	88.750	29.406	21.022	71,49
Bahia	174.059	74.760	11.554	15,45
Piauí	50.882	15.298	5082	33,22
Amazonas	44.441	9276	5785	62,37
Maranhão	106.739	46.232	2602	5,63

Fonte: Relatório de Gestão PARFOR (2009-2013).

Do total de matriculados 82,23% estão cursando, 14,19% desistiram; 0,43% trancaram matrícula; 0,04% faleceram e 3,12% já concluíram. Esses dados indicam que a taxa de evasão nas turmas do PARFOR alcança o percentual de 16,53%, seguindo a tendência dos cursos regulares. No PARFOR, os índices da evasão estão particularmente associados à inexistência de apoio aos docentes em formação. A maioria destes docentes utiliza seu tempo livre (férias, feriados e finais de semana) para realizar o curso e necessita se deslocar para as localidades onde as atividades acadêmicas são desenvolvidas, no entanto, com poucas exceções, não recebem qualquer tipo de apoio das redes às quais estão vinculados.

A tabela 6 apresenta o total do número de matrículas e demonstra a elevada taxa de evasão, que chega a quase 10 mil, das 57.741 matrículas realizadas.

Tabela 6 - Distribuição das matrículas em turmas implantadas (2009 – 2013)

Ano	Cursando	Desvinculados	Falecidos	Trancados	Transferidos	Formados	Total
2009	6445	2535	05	06	00	1043	10034
2010	20074	3321	10	75	01	1013	24494
2011	10206	1890	09	110	00	104	12319
2012	14517	2169	02	111	00	29	16828
2013	6499	46	00	00	00	00	6545
Total	57741	9961	26	302	01	2189	70220

Fonte: Relatório de Gestão PARFOR (2009-2013).

A tabela 7 demonstra a predominância de Instituições federais na oferta de turmas do PARFOR, com 32.799 matrículas realizadas. Já as instituições privadas, apesar de atenderem a apenas 2.855 matrículas, apresentam elevado número de evasão, com 1.218 alunos desvinculados.

Tabela 7- Número de matrículas em turmas implantadas por EA (2009-2013)

EA	Cursando	Desvinculados	Falecidos	Trancados	Transferidos	Formados	Total
Federal	32799	3274	14	168	01	1074	37330
Estadual	21978	5389	12	09	00	1102	28490
Municipal	109	80	00	07	00	00	196
Privadas	2855	1218	00	118	00	13	4204
Totais	57741	9961	26	302	01	2189	70220

Fonte: Relatório de Gestão PARFOR (2009-2013).

Quanto à distribuição dos matriculados por rede, os dados indicam que o Programa tem como principais beneficiários os professores da rede municipal com 83,46% dos matriculados e a estadual com 16,51%. Todavia, o PARFOR alcança também a rede federal com 0,02% de matriculados. Pedagogia é o curso com maior o número de turmas implantadas (34,31%), acompanhado de Matemática (8,86%) e Letras-Português (8,58%).

4.3 O Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)

O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação e instituído pelo decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) e a DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do PDE. Sustenta-se em cinco eixos fundamentais: expansão pública da educação superior; aperfeiçoamento dos processos de gestão das IFES; avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC; estímulo à investigação em ensino superior à distância no País; e financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos.

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferecem cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. Foi criada para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Também fomenta pesquisas em metodologias novas de ensino superior baseadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, favorece a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 define a Educação a Distância (EAD) como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, envolvendo estudantes e professores no desenvolvimento de atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

O Sistema UAB realiza a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada. O Sistema UAB funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os

governos estaduais e municipais, com vistas a atender às demandas locais por educação superior. Depois de feita essa articulação, é estabelecida qual instituição irá ministrar o curso em certo município ou microrregião através dos polos presenciais.

Ao implantar a universidade pública em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), funcionando como instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

A adesão de estados, municípios e instituições públicas de ensino superior ao Sistema UAB dá-se no âmbito dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, criados pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

A direção dos Fóruns Estaduais compete às secretarias estaduais de educação ou de ciência e tecnologia, a depender do estado da federação. Além dessas secretarias, podem compor os Fóruns Estaduais representantes locais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), das secretarias municipais de educação, das universidades federais e estaduais, entre outros atores.

O sistema UAB, por meio das instituições públicas de ensino superior que o integram, oferece cursos nas modalidades de Bacharelados, Licenciaturas, Tecnológicos e Especializações, com destaque para Graduação em Biblioteconomia (curso voltado para formação de quadro de apoio nos polos presenciais), o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e Especialização do Programa Mídias na Educação (curso ofertado que busca realizar a formação continuada de profissionais da área da educação em trabalhos com tecnologias de informação e comunicação).

A Diretoria de Educação a Distância da CAPES fomenta a atuação das IPES na oferta de cursos no âmbito da UAB para a realização de produção e distribuição do material didático impresso utilizado nos cursos, aquisição de livros para compor as bibliotecas, utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) para interação entre os professores, tutores e estudantes, infraestrutura dos núcleos de

educação a distância, capacitação dos profissionais envolvidos e acompanhamento dos polos de apoio presencial.

Cada instituição de ensino superior é autônoma para escolher a melhor forma de seleção dos estudantes interessados nos cursos EAD (ENEM, vestibular, outros). As vagas são destinadas ao público em geral, tendo os cursos de Licenciatura, reserva de vagas para professores da Educação das redes públicas estadual ou municipal.

Os polos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do Sistema UAB. Mantidos por Municípios ou Governos de Estado, os polos oferecem a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos a distância.

No âmbito do Sistema UAB, o polo é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de E a D de responsabilidade das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) formadoras. O mesmo deverá ser localizado, preferencialmente, em municípios de porte médio (entre 20 e 50 mil habitantes) que não tem instalações acadêmicas de nível superior.

Para cumprir este papel, o polo UAB deve dispor de infraestrutura adequada, que disponibilize aos estudantes o acesso às TIC's indispensáveis a mediação didático-pedagógica dos cursos a distância; recursos humanos qualificados, documentação que comprove a sua institucionalização, ter identificação visual obrigatória da CAPES/MEC e obedecer o disposto pela Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata dos padrões de acessibilidade.

Os Municípios e Estados, de forma individual ou em consórcio, são os responsáveis por estruturar, organizar e manter os polos de apoio presencial de acordo com as orientações do Sistema UAB, proporcionando uma infraestrutura física e tecnológica adequada para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas nos polos.

Para averiguar a qualidade dos cursos a distância e da infraestrutura dos Polos UAB são realizadas avaliações externas presenciais realizadas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC) e pelo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Sistema UAB, através de monitoramentos *in loco*.

4.4 O Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI - é um programa do Governo Federal criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, a alunos concluintes do Ensino Médio egressos de escolas públicas ou de escolas particulares na condição de bolsista. Em contrapartida, as instituições de ensino superior que aderem ao programa recebem isenção de tributos. Os tributos abrangidos pela isenção são o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Para pleitear uma bolsa de estudos abrangida pelo Programa, os estudantes devem ser oriundos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsista integral, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

O PROUNI atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2013, mais de 1,2 milhão de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais. O Programa Universidade para Todos, somado ao Fies, ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), ao REUNI, a UAB e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior no Brasil.

A Bolsa Permanência é um benefício com o valor máximo equivalente ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica, destinada exclusivamente ao custeio das despesas educacionais de beneficiário de bolsa integral do PROUNI. Destina-se a estudantes com bolsa integral vinculados ao PROUNI, matriculados em cursos presenciais com no mínimo 06 (seis) semestres de duração e cuja carga horária média seja igual ou superior a 06 (seis) horas

diárias de aula, de acordo com os dados cadastrados pelas instituições de ensino junto ao MEC.

O PROUNI sustenta-se pelos princípios complementares de: expansão da oferta de vagas, garantia de qualidade, promoção de inclusão social pela educação e desenvolvimento econômico e social. Quanto à avaliação da educação superior, ela será em consonância com os três componentes do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES): avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação de desempenho dos estudantes. A avaliação é base importante para a regulação jurídica, pois assegura ao Poder Público uma forma de fiscalização e as universidades privadas reconhecimento e autonomia.

Para manter a bolsa integral ou parcial e assegurar o rendimento acadêmico, o aluno precisa ser aprovado em no mínimo 75% das disciplinas cursadas em um período letivo. E como forma de avaliar o desempenho dos bolsistas, utiliza-se o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), um exame aplicado a todos os estudantes do Ensino Superior que busca avaliar o conhecimento geral (a formação para o meio social) e conhecimentos específicos (a sua formação adquirida no curso).

Para garantir a qualidade dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior, foi sancionada a lei nº 11.509/2007, que desvincula os cursos do Programa com duas avaliações negativas consecutivas pelo SINAES. Além das notas dos alunos do ENADE, a avaliação também considera as condições estruturais do curso e da instituição.

O acesso ao sistema do PROUNI Sistema do PROUNI (SISPROUNI) é realizado com a utilização de certificados digitais, emitidos no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICPBRASII), sendo todos os documentos emitidos pelo sistema assinados digitalmente. A assinatura digital de documentos utilizando certificados, emitidos pela raiz do ICP-Brasil, em âmbito nacional brasileiro, tem validade jurídica. Por isso, quando uma instituição emite, por meio do SISPROUNI, um Termo de Concessão de Bolsa a um estudante e o assina digitalmente, esse procedimento equivale a emitir o mesmo termo em papel com uma assinatura do mundo real.

O SISPROUNI foi elaborado sob a Gestão da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior e desenvolvido pela CEINF. É por meio desse sistema que o MEC é capaz

de identificar, em tempo real, a situação dos bolsistas e de cada uma das instituições participantes do Programa.

As inscrições para o programa são realizadas no início de cada semestre, e o candidato escolhe até cinco opções de cursos, habilitações, turnos ou instituições de ensino superior, dentre as disponíveis. O estudante é pré-selecionado uma única vez para sua opção de maior prioridade. O estudante que tiver obtido o melhor resultado no Enem é o primeiro a ser beneficiado em sua primeira opção.

O Programa tem contribuído para o avanço e cumprimento dos marcos legais, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - que assegura a educação como um direito de todos e o acesso aos níveis mais elevados de ensino (art. 208), o Decreto nº 5296/2004, que regulamenta os critérios básicos de acessibilidade em todos os níveis de ensino, e a Portaria nº 3284/2003 do MEC, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior. Com isso, a democratização de acesso e permanência se torna possível, propiciando condições para que os alunos com deficiência alcancem os níveis mais elevados de ensino e, conseqüentemente, tenham adquirido seu direito de participação e atuação na sociedade.

O programa promove a reserva de vagas para afrodescendentes e indígenas, entre outros segmentos, com o objetivo de tornar a educação um fator de mobilidade social para os indivíduos e também um fator de redução das desigualdades da própria sociedade.

A proposição de uma política de inclusão tem como fundamento a premissa de que todos têm direito à educação e à aprendizagem com qualidade e que aos sistemas de ensino cabe a articulação de ações de acessibilidade, seguidas por transformações conceituais quanto ao ensino e à aprendizagem, superando concepções segregacionistas e classificatórias de educação.

4.5 Censo da Educação Superior 2013

O Brasil registra em 2013 um total de 2.391 instituições de ensino superior, sendo 301 da rede pública e 2090 que fazem parte da rede particular. Ao todo, as duas redes matricularam juntas 12.948.320 discentes, como mostra a tabela 8.

Tabela 8 - Estatísticas Gerais da Educação Superior, por Categoria Administrativa – Brasil (2013).

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Número de Instituições	2.391	301	106	119	76	2.090
Educação Superior - Graduação						
Cursos	32.049	10.850	5.968	3.656	1.226	21.199
Matrículas	7.305.977	1.932.527	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
Ingresso Total	2.742.950	531.846	325.267	142.842	63.737	2.211.104
Concluintes	991.010	229.278	115.336	82.892	31.050	761.732
Educação Superior - Sequencial de Formação Específica						
Matrículas	16.987	489	100	208	181	16.498
Educação Superior - Pós-Graduação <i>Scripto Sensu</i>						
Matrículas	203.717	172.026	115.001	56.094	931	31.691
EDUCAÇÃO SUPERIOR - TOTAL						
Matrícula Total	7.526.681	2.105.042	1.252.952	660.819	191.271	5.421.639
Funções Docentes em Exercício ^{1 2}	367.282	155.219	95.194	48.275	11.750	212.063
Docentes em Exercício ^{2 3}	321.700	152.166	94.354	47.823	11.459	181.302

Fonte: INEP (2014).

Há tendência positiva entre três taxas, que vem ocorrendo desde o ano de 2003, demonstrando que, em 2012, o percentual de pessoas frequentando a educação superior representa quase 30% da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos e em torno de 15% está na idade teoricamente adequada para cursar esse nível de ensino.

Os impactos da expansão da educação superior podem ser observados a partir das características de escolaridade entre as gerações mais recentes no Brasil. Apesar de expressivos avanços entre gerações, considerando diferentes dimensões (renda, cor ou raça, sexo e região geográfica), fica claro que as políticas de inclusão em curso precisam ser mantidas e ampliadas para garantir igualdade de oportunidades educacionais para todos os brasileiros.

No período 2012-2013, a matrícula cresceu 3,8%. As IES privadas têm uma participação de 74,0% no total de matrículas de graduação. A matrícula na rede federal cresceu 4,6% e tem 58,9% de participação na rede pública, com mais de 1,13 milhão de matrículas.

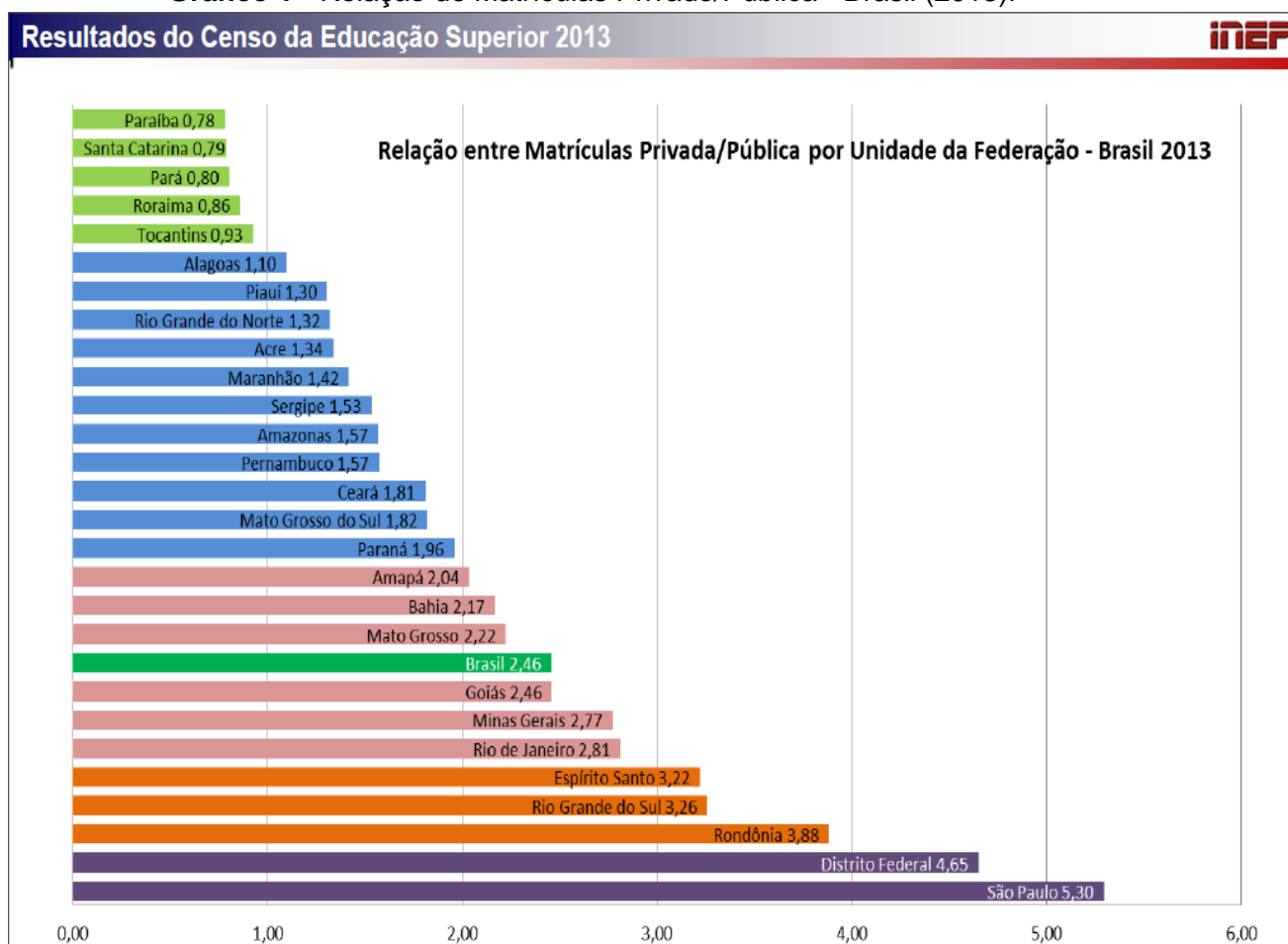
No mesmo período, a matrícula cresceu 3,9% nos cursos presenciais e 3,6% nos cursos à distância. Os cursos à distância já contam com uma participação superior a 15% na matrícula de graduação.

Há equilíbrio na oferta dos cursos a distância entre os diferentes graus acadêmicos, havendo predomínio da participação das universidades privadas, o que está em sincronia com o tamanho desta rede.

No período 2012-2013, a matrícula cresceu 4,4% nos cursos de bacharelado, 0,6% nos cursos de licenciatura e 5,4% nos cursos tecnológicos. Os cursos de bacharelado têm uma participação de 67,5% na matrícula, enquanto os cursos de licenciatura e tecnológicos participam com 18,9% e 13,7%, respectivamente. A matrícula nos cursos tecnológicos aumentou 24,1% em média anualmente. A rede privada corresponde a 85,6% das matrículas de grau tecnológico.

Dentre os estados brasileiros, seis têm mais alunos matriculados em instituições públicas do que em instituições privadas. Em São Paulo há mais de 5 alunos na rede privada para cada aluno na rede pública, enquanto na Paraíba há 0,78 alunos matriculados em IES privadas para cada aluno na rede pública, como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Relação de Matrículas Privado/Pública - Brasil (2013).



Fonte: INEP (2014).

Em 2013, mais de 63% dos alunos dos cursos presenciais de graduação estudavam à noite. As redes privada e municipal têm participações muito semelhantes. A rede Federal concentra 70% da oferta no turno diurno, enquanto a rede estadual está mais próxima do equilíbrio na distribuição dos alunos entre turnos.

Das 2.391 instituições de educação superior do Brasil, apenas 8% são Universidades e detêm mais de 53% dos alunos, sendo, portanto, grandes instituições. Por outro lado, as Faculdades têm uma participação superior a 84%, mas atendem apenas 29% dos alunos.

No período 2011-2013, o número de ingressantes cresceu 16,8% nos cursos de graduação, sendo 8,2% na rede pública e 19,1% na rede privada. Nos últimos 10 anos, a taxa média de crescimento anual foi de 5,0% na rede pública e 6,0% na rede privada. Em 2013, a rede privada teve uma participação superior a 80% no número de ingressos nos cursos de graduação.

Entre 2012 e 2013 o número de ingressantes se manteve praticamente estável, com variação negativa de 0,2%. Os ingressos em cursos presenciais tiveram uma variação positiva de 1,0%, enquanto que nos cursos E a D houve uma redução de 5,0%. Observou-se uma redução de 5,7% no número de concluintes, movimento que teve forte influencia nos cursos presenciais do setor privado. Nesse compasso, a rede federal aumentou o número de concluintes em 3,8%, apesar da redução de quase 50% no número de concluintes em cursos a distância no período 2012-13.

Analisando a distribuição das matrículas, dos ingressantes e dos concluintes por Área Geral, conforme apresentado na tabela 9, observa-se que Ciências Sociais, Negócios e Direito é a grande área que possui a maior participação nas três estatísticas, com índices superiores a 40%.

Tabela 9 – Número de Matrículas, Ingressos e Concluintes de Cursos de Graduação para cada 10.000 habitantes, segundo Área Geral do Curso (OCDE 2010) Brasil (2010-2013)

Área Geral do Curso	Matrículas para cada 10.000 habitantes					Ingressantes para cada 10.000 habitantes					Concluintes para cada 10.000 estudantes				
	Total OCDE 2010	Brasil 2010	Brasil 2011	Brasil 2012	Brasil 2013	Total OCDE 2010	Brasil 2010	Brasil 2011	Brasil 2012	Brasil 2013	Total OCDE 2010	Brasil 2010	Brasil 2011	Brasil 2012	Brasil 2013
Ciências sociais, negócios e direito	202,5	138,6	143,3	147,1	147,2	29,9	47,1	50,3	59,7	56,4	30,9	21,6	22,0	23,1	21,8
Educação	55,3	70,7	69,4	69,2	68,2	8,7	23,7	23,3	24,8	23,3	9,7	12,2	12,2	11,3	10,0
Saúde e bem estar social	72,7	46,9	47,7	48,8	49,0	13,4	14,3	14,3	16,4	17,0	13,6	7,5	7,8	8,2	7,0
Engenharia, produção e construção	78,5	33,1	38,9	45,0	50,6	15,3	12,3	14,8	19,0	20,0	10,6	3,1	3,3	3,8	4,0
Ciências, matemática e computação	47,3	21,8	21,7	21,9	22,0	8,4	8,5	8,2	9,1	8,8	7,4	2,9	2,9	3,0	2,7
Agricultura e veterinária	9,5	7,6	8,0	8,4	8,9	1,9	2,2	2,3	2,7	2,8	1,3	1,0	1,0	1,0	1,0
Humanidades e artes	63,8	7,7	7,9	8,1	8,1	12,6	2,8	3,0	3,4	3,2	11,1	1,2	1,3	1,4	1,4
Serviços	28,3	7,3	7,4	7,8	8,3	5,5	3,1	3,4	3,9	4,2	5,2	1,6	1,5	1,6	1,4

Fonte: Mec/Inep; OCDE; IBGE; Tabela elaborada por Inep/Deed.

Notas: (1) Não constam dados de cursos de Área Básica de Ingressantes e de Sequenciais de Formação Específica;

(2) Os dados de população de 2010 para o Brasil foram coletados do Censo do IBGE;

(3) Os dados de população de 2011 e 2012 para o Brasil foram coletados da Phad;

(4) Os dados de população de 2013 para o Brasil foram coletados da Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060 do IBGE

Fonte: INEP- Censo da Educação Superior (2013).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Evolução histórica do processo de ampliação de vagas na educação superior no município de Breves

A oferta de vagas na educação superior pública no Município de Breves se iniciou no ano de 1990, com participação exclusiva da UFPA. Ao todo foram 1.510 vagas ofertadas pela UFPA até a implementação dos programas do PDE, em 2009. A ampliação ocorrida a partir do ano de 2009 pode ser observada na tabela 10, que apresenta o total de vagas ofertadas por IES públicas no município de Breves no período de 1990 a 2013.

Tabela 10 - Número de vagas na Educação Superior criadas por IES públicas no município de Breves no período de 1990 a 2013.

Ano	Número de Vagas	Ano	Número de Vagas
1990	50	2004	100
1993	50	2005	130
1995	100	2006	100
1996	100	2007	160
1997	50	2008	100
1998	100	2009	200
1999	50	2010	701
2000	150	2011	650
2001	50	2012	444
2002	50	2013	643
2003	170	****	*****

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Todas as vagas abertas desde o ano de 1990 até o ano de 2009 por instituições públicas de ensino superior no município de Breves foram ofertadas para cursos de licenciatura nas áreas de educação, linguagem, matemática, ciências humanas e ciências naturais. Nos dez primeiros anos eram ofertadas no máximo duas turmas por ano. Houve um aumento nos anos de 2003 e 2006 devido à oferta de cursos à distância pela UFPA. Mas o impacto maior no aumento do número de vagas inicia-se no ano de 2009, com a implementação do programa REUNI, alcançando pico em 2010, quando foram criadas 701 vagas no ensino superior público no município, que representa o total de vagas abertas pelos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI, no município de Breves naquele ano.

Tabela 11 - Número de vagas no ensino superior criadas por período, no município de Breves: 1990 a 2013.

Período	Número de Vagas
Antes dos Programas (1990 - 2008)	1510
Depois dos Programas (2009 - 2013)	2638
TOTAL GERAL	4148

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Ao todo, os quatro programas do PDE ofertaram 2.638 vagas no município de Breves, no período de 2009 a 2013, conforme mostra a tabela 11. É possível perceber a expressividade desse número ao compará-lo com o total de vagas

abertas antes de 2009, que foi de 1.510, em quase 20 anos de atuação da UFPA no Município.

Tabela 12 - Total de vagas por curso de 1990 a 2008 em Breves

Curso	Número de Vaga
Licenciatura em Pedagogia	570
Licenciatura em História	100
Licenciatura em Matemática	170
Licenciatura em Geografia	100
Licenciatura em Química	70
Licenciatura em Ciências Naturais	100
Licenciatura em Letras	400

Fonte: Elaborado pelo Autor. SIE/UFPA (2013).

Todas as vagas em cursos de graduação ofertadas antes dos programas do PDE no município de Breves eram de cursos de licenciatura, conforme mostra a tabela 12. O curso com maior número de vagas ofertadas foi Licenciatura em Pedagogia, com 570 vagas criadas, seguido por Licenciatura em Letras, com 400 vagas e Matemática, que criou 170 vagas no período. O PARFOR, a partir de 2009, intensificou a formação de professores da educação básica. A implementação de cursos de bacharelado foi iniciada a partir do programa REUNI, em 2009, prosseguindo com a UAB e o PROUNI nos anos subsequentes.

5.2 Características do programa REUNI no município de Breves no período de 2009 a 2013

O número total de vagas criadas por programa, apresentado na tabela 12, demonstra o impacto individual de cada programa do PDE sobre o processo de ampliação de vagas na educação superior no Marajó. O programa REUNI abriu um total de 1.200 vagas no período de 2009 a 2013, seguido pelo PARFOR com 1.101 vagas criadas. Os programas PROUNI, com 237 vagas criadas e a UAB, com 100 vagas, foram os programas de menor impacto no período.

Tabela 13 - Número de vagas criadas por Programa do PDE, no município de Breves, no período de 2009 a 2013.

Programa	Número de Vagas
REUNI	1200
PARFOR	1101
PROUNI	237
UAB	100
TOTAL GERAL	2638

Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Como principal programa do Plano de Desenvolvimento da Educação no município de Breves, o REUNI, seguindo metas de expansão do ensino universitário, aumentou o número de cursos de bacharelado e ampliou a formação de professores, com as 1.200 vagas criadas no Campus da UFPA em Breves no período de 2009 a 2013. No ano de 2009, pela primeira vez um processo seletivo desse Campus ofertou opções de inscrição em 05 cursos, dentre os quais, uma turma com 40 vagas para o curso de Bacharelado em Serviço Social, primeiro curso de Bacharelado ofertado pela UFPA no Município. Os outros quatro cursos foram as licenciaturas em matemática, ciências naturais, pedagogia e letras, que juntamente ao curso de serviço social, formaram as cinco primeiras faculdades do Campus Universitário do Marajó-Breves.

O REUNI apresenta maior oferta de vagas nos anos de 2012 e 2011, quando a UFPA ofertou no Campus de Breves 280 vagas em cada ano, a maioria para atender às metas do programa que estavam aquém do previsto nos anos anteriores, principalmente quanto à abertura de turmas regulares em horário noturno, uma vez que o programa também prevê a redução do número de cursos intervalares.

A oferta do REUNI abrange maior diversidade de regimes, como cursos regulares no horário noturno, caso das turmas de serviço social no Campus da UFPA, e de tempo integral, como é o caso do curso de enfermagem do mesmo Campus.

O programa REUNI teve participação exclusiva da Universidade Federal do Pará-UFPA no município de Breves. Não foram abertos novos núcleos universitários no Marajó com recursos do programa. Os campi de Breves e Soure, que já existiam antes do PDE, receberam investimentos para a criação de novos cursos de graduação e a oferta de ensino regular, com turmas próprias de cada Campus. No

Campus de Breves, além das 1.200 vagas criadas, houve aumento do número de produções acadêmicas e também no número de projetos de pesquisa e extensão no período de 2009 a 2013.

5.3 Características do programa PARFOR no município de Breves no período de 2009 a 2013

O PARFOR foi o segundo programa que mais gerou vagas no período de 2009 a 2013 no Município de Breves, alcançando o total de 1.101. Dessas, 581 vagas foram ofertadas pela UFPA, 240 pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), 160 pelo IFPA e 40 pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Seguindo a tendência nacional, onde Pedagogia é o curso com maior o número de turmas implantadas no país (34,31%), acompanhado de Matemática (8,86%) e Letras-Português (8,58%), no Município de Breves o curso que mais ofertou vagas pelo PARFOR foi o de Licenciatura em Pedagogia, com 240 vagas ofertadas, equivalente a 41% do total, seguido de Licenciatura em Letras, com 160 vagas. O PARFOR intensificou a oferta de vagas em licenciaturas na Grande Área de Ciências, Matemática e Computação, com os cursos de licenciatura em ciências biológicas, educação física, matemática e informática, que apresentam carência histórica em todo o interior do Estado do Pará.

O ano em que houve maior oferta pelo PARFOR foi 2010, com 461 vagas. A oferta do PARFOR é mais diversificada, com maior quantidade de cursos. As turmas do PARFOR em Breves são todas ofertadas no regime intensivo, em turno integral, no espaço de escolas públicas municipais com a atuação de servidores da prefeitura e de professores, técnicos e bolsistas da UFPA. Os cursos do PARFOR são desenvolvidos a partir de parcerias entre o Município, através da Secretaria Municipal de Educação, e instituições públicas de ensino superior. A aplicação de recursos municipais repassados pelo FUNDEB à Secretaria Municipal de Educação se dá como apoio à manutenção dos professores da rede municipal de ensino nos cursos de graduação do PARFOR.

Os resultados recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB no município de Breves demonstram avanços na educação básica no período de 2005 a 2011, com queda em 2013, conforme demonstram as tabelas 14 e 15, para o 5º e 9º anos do ensino fundamental, respectivamente. O IDEB do 5º ano do

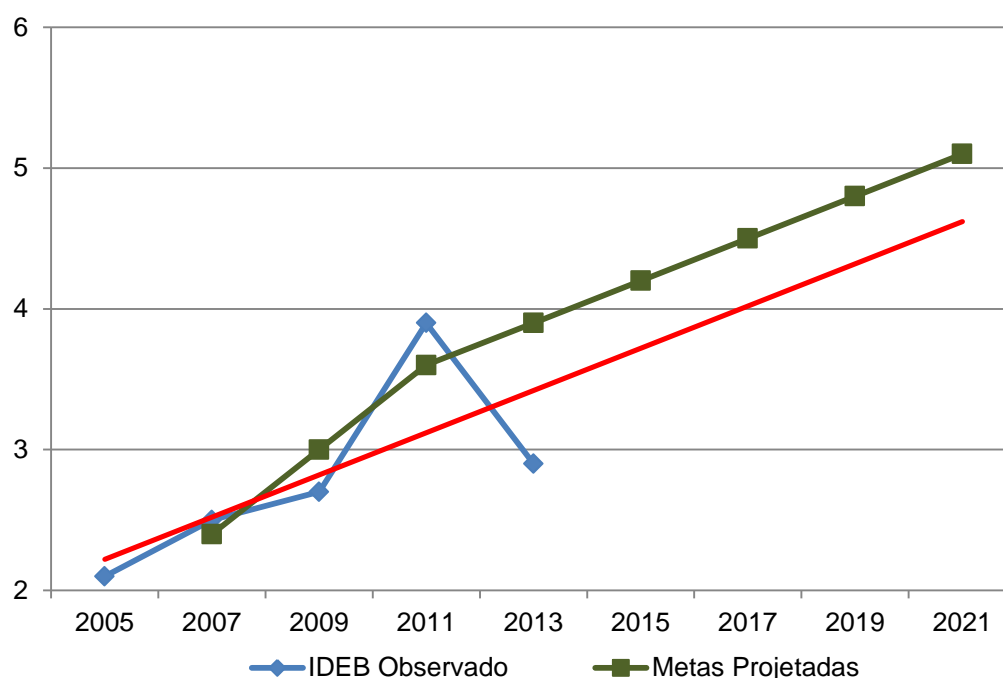
ensino fundamental passou de 2.1 no ano de 2005 para 3.9 no ano de 2011, com queda para 2.9 em 2013, mas seguindo uma tendência crescente, conforme mostra o gráfico 2.

Tabela 14 - Progressão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Breves (4ª Série ou 5º ano), 2005 a 2021.

Ideb Observado					Metas Projetadas							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
2.1	2.5	2.7	3.9	2.9	2.4	3.0	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1

Fonte: INEP (2014)

Gráfico 2 - Progressão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Breves (4ª Série ou 5º ano), 2005 a 2021.



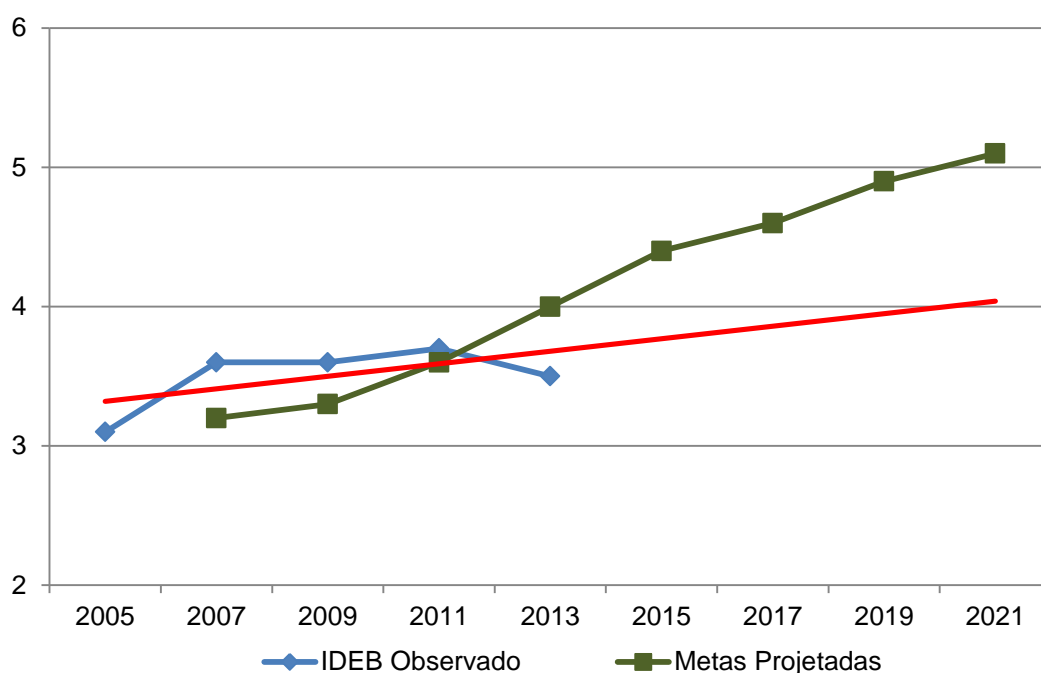
Na faixa do 9º ano do ensino fundamental, o IDEB do município de Breves se manteve estável, com tendência crescente, mas com queda de 0.2 ponto em 2013, conforme mostram a tabela 15 e o gráfico 3.

Tabela 15 - Progressão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Breves (8ª Série ou 9º ano), 2005 a 2021.

IDEB Observado					Metas Projetadas							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3.1	3.6	3.6	3.7	3.5	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.6	4.9	5.1

Fonte: INEP (2014).

Gráfico 3 - Progressão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Breves (8ª Série ou 9º ano), 2005 a 2021.



Fonte: INEP (2014)

Segundo informações do Sistema de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação de Breves, no ano de 2011 um total de 235 professores progrediram na carreira do nível médio normal para o nível superior. No ano de 2012 foram 68, no ano de 2013 foram 29 progressões e no ano de 2014 foram 24 progressões. No ano de 2011 houve maior número de progressões devido ter ocorrido nesse ano a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Breves, Lei nº de 2.236, de 20 de junho de 2011. O número deve voltar a crescer em 2015, quando novas progressões serão processadas devido ao fato de a maioria das turmas ofertadas pelo PARFOR no ano de 2010 terem concluído no ano de 2014. Após a Lei 2.236, os professores da rede municipal concursados como nível médio e que obtiverem formação em curso de licenciatura irão progredir em termos de remuneração 5% ao ano até atingirem o teto de 80% de gratificação de nível superior. A meta estabelecida na LDB de que todos os professores possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, deve ser atingida em 2015, segundo o MEC, sendo obrigatória a partir desse ano.

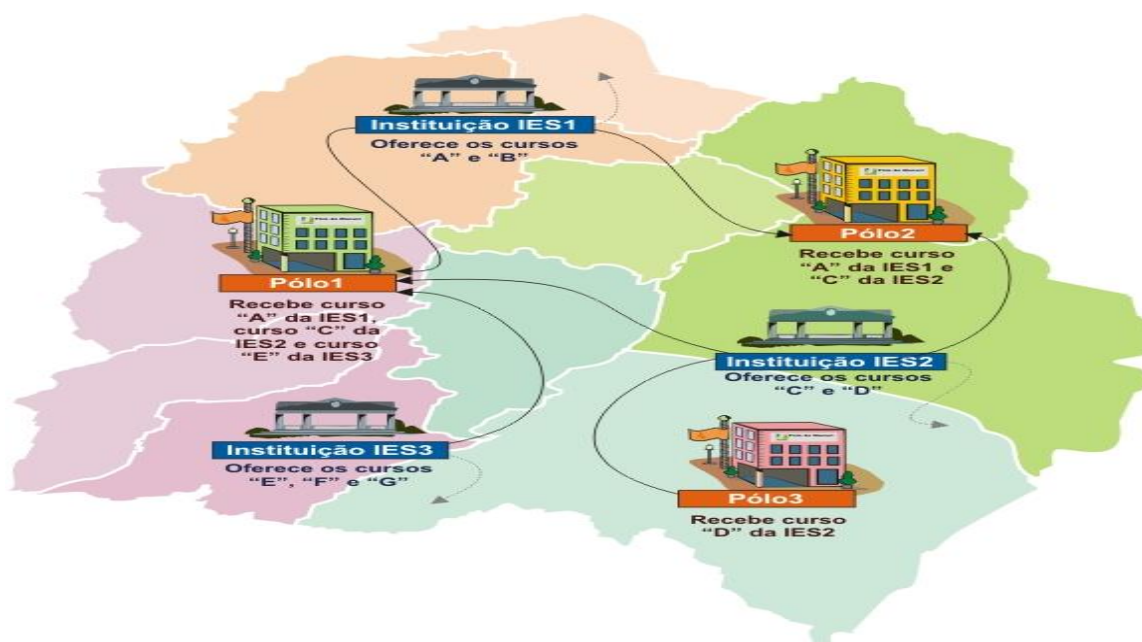
As primeiras turmas de licenciatura ofertadas pela UFPA em Breves na década de 90 exerceram impacto positivo sobre a qualidade da educação básica no município. Os professores formados e que irão se formar pelo PARFOR nas turmas ofertadas no período de 2009 a 2013 no Marajó representam expectativas de elevação do IDEB municipal.

5.4 – Características do Programa UAB no município de Breves no período de 2009 a 2013

O Sistema UAB atua na formação de professores e na oferta de cursos de bacharelado no município de Breves, tendo apresentado leve impacto sobre o número total de vagas ofertadas no município, totalizando 100 vagas ofertadas, conforme a tabela 12, todas ofertadas da UFPA. Foram 50 no curso de Bacharelado em Administração Pública e 50 no curso de Licenciatura em Matemática.

O Polo de Breves da Universidade Aberta do Brasil, seguindo a estrutura de funcionamento da UAB que ocorre em parceria com os governos municipais, é mantido pela Secretaria Municipal de Educação. A figura 1 demonstra a estrutura de funcionamento da UAB, que acontece através de redes de parcerias interinstitucionais desenvolvidas a partir da assinatura de convênios entre Instituições de ensino superior e prefeituras municipais. Os polos municipais da UAB, mantidos pela Secretaria Municipal de Educação de cada município, ficam aptos a receber cursos ofertados à distância por qualquer instituição de ensino superior participante do programa, em qualquer lugar do país.

Figura 1 - Estrutura de funcionamento da UAB



Fonte: Portal UAB (2014).

Na estrutura de funcionamento da UAB, o mesmo polo de apoio presencial pode receber turmas de diferentes instituições de ensino superior. Nesse modelo, a mesma IES também pode ofertar o mesmo curso em mais de um polo presencial, com o apoio de tutores de disciplina. No município de Breves, o Polo Presencial da UAB é sediado no Centro de Desenvolvimento Educacional e Profissional (CEDEP), que funciona como centro de capacitação de pessoal de nível superior no município, além de ofertar cursos profissionalizantes em convênio com instituições de ensino.

O convênio mantido entre a Capes e a Prefeitura Municipal de Breves prevê que o Polo da UAB local mantenha infraestrutura didática e de tecnologia da informação e comunicação com capacidade para atender com qualidade aos alunos dos cursos de graduação à distância vinculados ao programa. Assim, após visita de uma equipe da Assessoria de Educação à Distância da UFPA ao polo de Breves, no ano de 2013, que considerou insuficiente a infraestrutura do polo, houve significativa melhoria do laboratório de informática do polo, que foi ampliado de 15 para 40 computadores com acesso à internet. A Capes também requer que o polo presencial tenha biblioteca e recursos didáticos apropriados. No ano de 2013 a biblioteca do polo recebeu 20 títulos, que totalizavam 40 exemplares, de livros da área de administração, economia e pesquisa social, para o curso de Bacharelado em Administração Pública, adicionados ao acervo que continha somente livros para o curso de Matemática.

A expansão da oferta de cursos de graduação pela UAB em Breves tende a aumentar, considerando as metas estabelecidas pelo MEC. Na pós-graduação, o polo UAB em Breves já registrou um total de 136 matrículas nos cursos de Informática em Saúde e de Gestão em Saúde. O Curso de Bacharelado em Administração Pública foi ofertado no ano de 2013 pela UFPA em Breves, através da UAB, para atender à grande carência de bacharéis no Marajó. Na Região, a primeira turma somente de bacharelado foi implantada no ano de 2009, com o curso de serviço social no Campus de Breves, seguida por três turmas no ano de 2013, quando, além de 50 vagas para Administração Pública e 30 vagas Enfermagem, também houve a oferta de 50 vagas para Bacharelado em Turismo.

A UAB tem crescido sua participação no Marajó. No município de São Sebastião da Boa Vista, inclusive, o prédio do polo da UAB é chamado de Universidade pelos munícipes, pelo pioneirismo da UAB na oferta de curso superior

no município. No município de Breves, o Polo da UAB local também é referência em educação superior, servindo de sede para a realização de eventos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão.

5.5 Características do programa PROUNI no município de Breves no período de 2009 a 2013

O Programa PROUNI ofertou 237 bolsas no período de 2009 a 2013 no município de Breves, conforme mostrado na tabela 12. Essas vagas foram ofertadas através da única instituição de ensino superior privada existente no município, que oferta cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológicos na modalidade de ensino à distância. O PROUNI se diferencia no aspecto de ampliação de oportunidades de formação nas Grandes Áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito; Ciências, Matemática e Computação; e Saúde e Bem Estar social.

Conforme demonstrado na tabela 16, o número de vagas aumentou desde a oferta das primeiras turmas ocorridas no município de Breves, a partir do ano de 2012, representando opção de formação em áreas como ciências contábeis, administração e análise de sistemas.

Tabela 16 - Vagas por curso ofertadas pelo Programa PROUNI no período de 2009 a 2013.

Ano	Curso	Nº de Vagas/Bolsas (referentes ao ano todo)
2012	Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1
	Licenciatura em História	1
	Licenciatura em Pedagogia	1
	Bacharelado em Serviço Social	1
2013	Bacharelado em Administração	17
	Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	7
	Bacharelado em Ciências Contábeis	11
	Licenciatura em História	5
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	4
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar	2

	Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas	2
	Licenciatura em Pedagogia	17
	Bacharelado em Serviço Social	13
2014 (ref. 2013)	Bacharelado em Administração	30
	Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	13
	Bacharelado em Ciências Contábeis	24
	Licenciatura em Geografia	1
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	7
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar	10
	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	1
	Licenciatura em História	15
	Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas	6
	Licenciatura em Pedagogia	37
	Bacharelado em Serviço Social	10
	Curso Superior de Tecnologia em Segurança do Trabalho	1
	TOTAL DE VAGAS/BOLSAS	

Fonte: Elaborado pelo autor (SISPROUNI; UNOPAR).

Há uma tendência de ampliação do número de vagas ofertadas pelo PROUNI em Breves, conforme se observa na tabela 16, devido ao remanejamento de vagas não preenchidas em outras regiões do país, principalmente do Sudeste, que são redistribuídas pelo MEC de acordo com o déficit de acesso à educação superior da região.

As bolsas de estudo do PROUNI em Breves foram ofertadas, até o momento, somente pela Universidade do Oeste do Paraná (UNOPAR), instituição privada de educação à distância sediada no Estado do Paraná. As bolsas atendem a uma elevada demanda reprimida de alunos do ensino médio da rede pública municipal, que não se veem atraídos pelos cursos tradicionalmente ofertados pela UFPA no município.

O crescimento do Programa PROUNI no município de Breves depende da presença de um maior número de instituições privadas no município. A IES privada Unopar atua desde 2011 no município com ensino exclusivamente à distância. O

aumento da oferta de bolsas do PORUNI em IES privadas poderá beneficiar a ampliação de vagas na educação superior no Marajó.

5.6 Considerações gerais dos impactos dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no município de Breves no período de 2009 a 2013.

De forma geral, o principal impacto dos programas se deu sobre a ampliação do número de vagas na educação superior no Marajó, através de uma rede de instituições públicas e privadas, que vinculadas a um ou mais dos quatro programas do PDE em estudo, ofertaram vagas na educação superior pública a estudantes do Marajó, que totalizaram 2.638 vagas, distribuídas em cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológico, conforme mostra a tabela 17.

Tabela 17 - Total de vagas por curso após o PDE (2009-2013) no Município de Breves

Curso	Número de Vaga	Curso	Número de Vagas
Licenciatura em Pedagogia	535	Bacharelado em Turismo	50
Licenciatura em Letras	368	Bacharelado em Administração	47
Licenciatura em Matemática	367	Licenciatura em Educação do Campo	40
Licenciatura em Ciências Naturais	263	Bacharelado em Ciências Contábeis	35
Bacharelado em Serviço Social	184	Bacharelado em Enfermagem	30
Licenciatura em Geografia	158	Licenciatura em Ciências Sociais	23
Licenciatura em Educação Física	120	Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	21
Licenciatura em Biologia	101	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar	12
Licenciatura em Informática	80	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	11
Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Inglesa	80	Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	01
Licenciatura em História	61	Curso Superior Tecnológico em Segurança do Trabalho	01
Bacharelado em Administração Pública	50		
TOTAL			2638

Fonte: elaborado pelo autor.

O curso com maior número de vagas ofertadas pelo PDE no Município de Breves foi o de Licenciatura em Pedagogia, com 535 vagas abertas no período de 2009 a 2013, seguido por Licenciatura em Letras, com 368 vagas, e por Licenciatura

em Matemática, que alcançou o número de 367 vagas criadas. Dentre os cursos de bacharelado, Serviço Social foi o curso com maior oferta, chegando a 184 vagas criadas. A área de Administração vem em seguida com 97 vagas criadas, todas em cursos à distância, através dos programas UAB e PROUNI, nos cursos de Bacharelado em Administração Pública e Bacharelado em Administração, respectivamente.

A tabela 18 apresenta o panorama de formação por grandes áreas no Município de Breves no período de 2009 a 2013.

Tabela 18 - Distribuição de vagas ofertadas em Breves por Grande Área no período de 1990 a 2013.

Área de Formação	Curso	Número de Vagas
Educação	Pedagogia, Educação do Campo.	1.145
Humanidades e Artes	História, Letras Língua Portuguesa, Letras Língua Inglesa.	1009
Ciências Sociais, Negócios e Direito.	Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Gestão Pública, Gestão Ambiental, Gestão Hospitalar, Geografia.	437
Ciências, Matemática e Computação.	Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Informática, Matemática, Química.	1.172
Engenharia, Produção e Construção.	*****	00
Agricultura e Veterinária	*****	00
Saúde e Bem Estar Social	Educação Física, Enfermagem, Serviço Social.	334
Serviços	Turismo, Segurança do Trabalho.	51
TOTAL		4.148

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 18 evidencia a falha dos programas do PDE na oferta de cursos na grande área de Engenharia, Produção e Construção e na grande área de Agricultura e Veterinária, nas quais nunca houve oferta de vagas no Marajó. E, além disso, do total de 334 vagas abertas na grande área de Saúde e Bem Estar Social, 184 vagas foram do Bacharelado em Serviço Social, 30 vagas do Bacharelado em enfermagem e 120 da Licenciatura em Educação Física. Esse contexto mostra a necessidade de criação de vagas em áreas estratégicas como medicina, biotecnologia, engenharias, dentre outros.

A tabela 19 apresenta uma síntese das principais características, observadas nesta pesquisa, dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no município de Breves, no período de 2009 a 2013, juntamente ao número de vagas criadas por cada programa.

Tabela 19 - Características por Programa do PDE no município de Breves de 2009 a 2013.

Programa	Características	Número de Vagas Criadas
REUNI	Expansão do número de vagas no em turmas regulares; Expansão do ensino noturno e de turmas em período integral; Oferta de Cursos de Bacharelado; Ampliação do quadro de docentes e de técnicos administrativos na UFPA; Criação de 05 faculdades no Campus da UFPA-Breves; Expansão da infraestrutura do Campus da UFPA-Breves;	1.200
PARFOR	Oferta de cursos em regime intensivo; Forte impacto sobre a formação de professores da educação básica; Parcerias interinstitucionais entre IES e Prefeituras; Manutenção dos professores na graduação com recursos do FUNDEB; Utilização do espaço de escolas públicas municipais; Participação de três IES públicas: UFPA, UEPA e UFRA; Ampliação das oportunidades de formação em licenciaturas das grandes áreas de Ciências, Matemática e Computação;	1.101
UAB	Oferta de cursos na modalidade à distância em Polo local mantido pela Secretaria Municipal de Educação; Previsão pelo MEC de expansão da UAB em municípios do interior de baixo IDH; Potencial para atender à demanda reprimida de bacharéis no Marajó.	100
PROUNI	Participação de somente uma IES privada de ensino à distância; Forte crescimento a partir de 2013; Possibilidade de redistribuição de vagas pelo MEC do Sudeste para o Marajó; Oportunidade de formação nas Grandes Áreas de: Ciências Sociais, Negócios e Direito; Ciências, Matemática e Computação; e Saúde e Bem Estar Social.	237
TOTAL		2.638

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no município de Breves demonstram que esses programas exerceram significativo impacto no acesso à educação superior no Marajó no período de 2009 a 2013. Porém, quanto às limitações apresentadas, vale se referir à observação de Brasil (2006), que ressalta a necessidade de formação universitária na Amazônia em áreas vinculadas aos problemas emergentes de diversidade social, cultural, saúde, biodiversidade, recursos hídricos e tecnologias apropriadas. O perfil de formação deve se voltar a

áreas do conhecimento ligadas à dinâmica local, inclinadas ao desenvolvimento social e econômico da Região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de educação superior analisados nesta pesquisa se situam numa macroestrutura sistêmica em que cresce a demanda por formação universitária e se força a ação do Estado para o alcance de metas universais de acesso à educação em todos os níveis de ensino. Os resultados dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no município de Breves no período de 2009 a 2013, apresentados nesta pesquisa, demonstram o funcionamento desse conjunto de ações interinstitucionais necessárias para a ampliação do acesso à educação superior no Marajó.

A abordagem objetiva e concisa apresentada nesta pesquisa contextualiza, de maneira estratégica, os programas e, a partir de descrições localizadas, traz à tona informações sobre o impacto do Plano de Desenvolvimento da Educação na região do Marajó. A opção metodológica por utilizar somente dados documentais processados e não processados foi feita com base em outros estudos, como o de Bittencourt e Ferreira (2014), que analisam o Programa REUNI com esta mesma metodologia. Assim, os recursos metodológicos utilizados foram suficientes para atender aos objetivos da pesquisa.

O estudo se limitou a mostrar o número de vagas ofertadas pelos programas e não o número de matrículas efetuadas, devido a dificuldades de se obterem números exatos de matrículas, uma vez que é um número que varia no tempo, além de haver um intrincado número de sistemas e módulos informacionais acadêmicos nas IFES, que não seriam o foco desta pesquisa. O número de vagas ofertadas caracteriza os objetivos iniciais dos programas, que podem ou não ser confirmados, mas tecnicamente metas foram traçadas com base no número de vagas ofertadas. Estudos futuros poderiam investigar o processo de adaptação de metas de políticas públicas educacionais no contexto da evasão universitária. Nesse aspecto, estudos sobre as políticas de permanência estudantil também seriam importantes.

O aumento da qualificação profissional na educação básica, através da intensa formação de professores, gera melhoria nos resultados do ensino fundamental e médio e na educação de jovens e adultos. A formação de professores

também influencia na melhoria da qualidade de organizações públicas e privadas locais, uma vez que grande parte do pessoal formado passa a atuar em funções de liderança nessas organizações.

A formação universitária gera capital humano de nível superior, que leva a organizações tecnicamente mais desenvolvidas e psicossocialmente amadurecidas, seja no setor público, privado ou terceiro setor. Esse processo materializa-se em uma sociedade de baixos custos de transação, na qual as instituições são fortalecidas pela presença do capital humano. Instituições de elevada confiabilidade formam o capital social, que em um conjunto de interações sistêmicas entre instituições participativas, gera relações sociais mais justas e igualitárias, com organizações de alto desempenho geridas por profissionais de elevadas competências técnicas e comportamentais.

No momento tecnocrático atual, em que o Governo Federal deseja intensificar a formação universitária em ciência e tecnologia, a formação de pessoas com competências para liderar, articular, gerir e pensar ações dentro de organizações é essencial e carece de um olhar estratégico no Marajó, uma vez que esses profissionais desenvolvem potencial para atuarem como agentes de inovação tecnológica e da melhoria da gestão pública e privada na região.

Os resultados dos programas REUNI, PARFOR, UAB e PROUNI no município de Breves demonstram que, apesar de tardio, o desenvolvimento institucional da educação superior no Marajó, ocorrido no período de 2009 a 2013, levou quase o dobro de pessoas à universidade pública no Marajó do que o total de vagas abertas nos 20 anos anteriores.

O crescimento no número de vagas ofertadas por IES públicas no município de Breves proporcionou acesso à educação universitária a pessoas que residem nos municípios do entorno. No entanto, a quase exclusividade de Breves como centro de formação universitária no Marajó deve ser revista, principalmente ao se levar em consideração a composição geográfica do Marajó e as características sociais do público alvo, que são marcadas pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano, sistema caótico de transporte hidroviário intermunicipal e baixas expectativas de empregabilidade.

Além de Breves, outros municípios, como Portel, já vem recebendo há pelo menos 4 anos cursos de graduação ofertados por Instituições de Ensino Superior como UFPA, UEPA, UFRA e IFPA, através do PARFOR ou da flexibilização direta

de cursos a partir de Belém. Assim, é essencial que gestores de organizações públicas municipais e de autarquias de ensino federais levem a educação superior a municípios como Bagre, Afuá, Gurupá, Anajás e Melgaço, dentre outros, onde ainda raramente ocorrem ofertas de cursos de graduação.

Nesse contexto, esta pesquisa pode servir como ponto de partida para a contemplação de oportunidades de ampliação do acesso à educação superior nos municípios do Marajó. As informações apresentadas de forma exclusiva sobre o funcionamento dos programas REUNI, PROUNI, PARFOR e UAB poderão ser utilizadas como diagnóstico para o planejamento de políticas públicas de educação superior de curto, médio e longo prazos, nas esferas federal, estadual e, principalmente, municipal.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

ACOSTA, Nancy; PÁEZ-ACOSTA, Guayana. Educación Superior y Retos para el Desarrollo Sostenible de la Amazonía Venezolana. In: **20 Anos de Desenvolvimento da Educação Superior na Amazônia. Uma contribuição para a conferência regional de educação superior**: IESALC/UNESCO. Belém: IESALC; UNESCO. Belém: EDUFPA, 2008.

AZEVEDO, G. C. P. de; CAMARÃO, A. P.; MESQUITA T. da C. **Características dos sistemas de produção pecuários dos municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, Ilha do Marajó**. Belém: EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, 2000.

BITTENCOURT, Maria Fernanda Nogueira e FERREIRA, Patrícia Aparecida. **As obras na implementação de políticas públicas**: o caso do reuni. [S. l]: EnANPAD, 2014.

BRASIL, Walterlina. **Cooperação Interuniversitária Amazônica no Brasil: premências, carências e urgências**. In: **20 Anos de desenvolvimento da educação superior na Amazônia. Uma contribuição para a conferência regional de educação superior**. Belém: EDUFPA; IESALC; UNESCO, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 dez. 2013.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004**, regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 9 dez. 2013.

_____. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**, dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em: 11 dez. 2013.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**, institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009**, instituiu Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Projeto RADAM. Folha SA. 22 Belém; geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra.** Rio de Janeiro, 1974.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2014.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

_____. **Lei nº 11.509, de 20 de julho de 2007** Altera o § 4 o do art. 7 o da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 , que instituiu o Programa Universidade para Todos - PROUNI, para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Disponível em:<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2007/lei11509.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2013.** Apresentação de slides. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB. **Relatório de Gestão PARFOR.** Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Reuni 2008:** Relatório de Primeiro Ano. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Ilha de Marajó:** Pará levantamento de informações. Belém, 2006.

_____. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável do arquipélago do Marajó.** Disponível em <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9408a880-6ec0-4be0-9cb7-feb01c4a6256&groupId=24915>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. **Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. **Portaria nº 3284/2003 de 7 de novembro de 2003**, dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BREVES. Lei Municipal nº de 2.236, de 20 de junho de 2011, dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Breves. Arquivo digital da Secretaria Municipal de Educação. Breves, 2011.

FERREIRA, P. A.; ALENCAR, E.; PEREIRA, J. R. Revisitando o modelo processual de análise de políticas públicas a partir das relações entre Estado e Sociedade. Anais. In: Encontro Nacional de Pesquisadores e Gestão Social - ENAPEGS, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012.

FIANI, Ronaldo. **Arranjos institucionais e desenvolvimento**: o papel da coordenação em estruturas híbridas. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Brasília, DF; Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

FLECK, Carolina Freddo. A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 7, n. 3, p. 270-298, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/518/265>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

FRANCO, Fernando. Educación Superior e Investigación y el Desarrollo Sostenible de la Amazonía Colombiana. In: **20 Anos de Desenvolvimento da Educação Superior na Amazônia. Uma contribuição para a conferência regional de educação superior**: IESALC/UNESCO. Belém: EDUFPA, 2008.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000.

FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia Política de Curitiba**, v. 16, p. 55 - 67, 2007.

GAZZOLA, Ana Lúcia. Transformaciones sociales y desafíos Unversitarios en América Latina y el Caribe. In: **20 Anos de Desenvolvimento da Educação Superior na Amazônia. Uma contribuição para a conferência regional de educação superior**: IESALC/UNESCO. Belém: EDUFPA, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIDON, Niéde. Povoamento da América. In: BUCO, Cristiane; Ignácio, Elaine (Org.) **Aarqueologia**. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

IDESP. **Estudo Integrado da Ilha do Marajó**. Belém, 1974.

IESALC-UNESCO. **La Unesco y La educacion superior, 2014:2017: aportes de la Reunión de Cátedras UNESCO sobre la educación superior las TIC en la educación y los profesores**. Disponível em http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=1146&lang=es. Acesso em 20 de março de 2014.

_____. **Marajó: ecologia e desenvolvimento**. Belém, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEC. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. **Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2011**. Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório de Informações Sociais 2013**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/mdsemnumeros/mdsemnumeros>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

MIRANDA NETO. **Manual integrado do Marajó: desafio da Amazônia**. Rio de Janeiro: Record, 1976.

MOVIMENTO MARAJÓ FORTE. **Comissão vai elaborar projeto de criação de novos cursos no Marajó**. Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=8066>>. 15 dez. 2013.

OEA Sec. Geral. **Marajó: um estudo para o desenvolvimento**. Washington. 1978.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2013. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas>. Acesso em: 30 nov. 2013.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RECHARTE, Jorge Eduardo Villafuerte. Desarrollo de la educación superior en la Amazonía Peruana Durante los Últimos 20 Años. In: **20 Anos de Desenvolvimento da Educação Superior na Amazônia. Uma contribuição para a conferência regional de educação superior**: IESALC/UNESCO. Belém: EDUFPA, 2008.

REVISTA Mundo e Missão. **Nos rios da Amazônia a escravidão do Século 21**. Edição.º82. Maio de 2004. Disponível em:<<http://www.pime.org.br/mundoemissao/justicasocialrios.htm>>.

SARAVIA, E. ; FERRAREZI, Elisabete. **Introdução à teoria das políticas públicas coletâneas**. Brasília, DF: ENAP, 2006. v 1.

SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires, organizadoras. **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1. ed. Belém: GKNORONHA, 2010.

SOUZA, Donizeti Leandro; CASTRO, Luiz Gonzaga Junior; FERRUGINI, Lilian e MEDEIROS, Natália Carolina Duarte de. **Acesso à educação superior e desenvolvimento regional: Como esses construtos se relacionam?**. XVI Seminário em Administração: 2013. Disponível em: <http://www.semead.com.br/16semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=496>. Acesso em: 20 dez. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. **Campus Universitário do Marajó-Breves**: relatório de gestão 2010. Belém, 2010. Arquivo Digital. Biblioteca Ricardo Teixeira de Barros.

_____. **Estatuto da Universidade Federal do Pará**. Disponível em:<http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/estatuto/estatuto.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Unidade - PDU. 2012-2015**. Arquivo Digital, Belém, 2013. Biblioteca Ricardo Teixeira de Barros.

_____. **Regimento interno do Campus Universitário Marajó-Breves**. Arquivo Digital, 2006. Biblioteca Ricardo Teixeira de Barros.

_____. **Relatório de Gestão Parfor UFPA 2009-2013**. Belém, 2013. PDF.

UNOPAR. **Relatório Anual do Prouni (2013)**. Arquivo Digital. Biblioteca da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.º Miguel Bitar.

VERÍSSIMO, A., et al. Zoneamento de áreas para manejo florestal no Pará. **Estado da Amazônia**, n. 8. Belém: IMAZON, 2006.

APÊNDICES

Número de Vagas no PARFOR (2009-2013)

Ano	Número de Vagas
2010	501
2011	320
2012	160
2013	120
Total	1101

Fonte: Elaborado pelo Autor (2014). Relatório de Gestão do PARFOR/UFPA2009-2013.

Número de vagas do REUNI – UFPA (2009-2013)

Ano	Número de Vagas
2009	200
2010	200
2011	280
2012	280
2013	240
Total	1200

Fonte: Elaborado pelo Autor. Com base no Relatório de SIE/UFPA (2012/2014)

Total de Vagas ofertadas por IES públicas no Município de Breves

Ano	Curso	Nº de vagas por Programa							
		REG. UFPA	REUNI UFPA	PARFOR				UAB UFPA	PROUNI UNOPAR
				UFPA	UEPA	UFRA	IFPA		
1990	Licenciatura e Bacharelado em História	50							
	Subtotal por Programa	50	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano				50				
1993	Licenciatura e Bacharelado em Geografia	50							
	Subtotal por Programa	50	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano				50				
1995	Licenciatura em Pedagogia	50							
	Licenciatura e Bacharelado em História	50							
	Subtotal por Programa	100	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal por Ano				100					
1996	Licenciatura em Letras	50							
	Licenciatura em Matemática	50							
	Subtotal por Programa	100	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal por Ano				100					
1997	Licenciatura em Pedagogia	50							
	Subtotal por Programa	50	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano				50				
1998	Licenciatura em Letras	50							
	Licenciatura em Pedagogia	50							
	Subtotal por Programa	100	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal por Ano				100					
1999	Licenciatura e Bacharelado em Geografia	50							

	Subtotal por Programa	50	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano	50							
2000	Licenciatura em Ciências Naturais	50							
	Licenciatura em Matemática	50							
	Licenciatura em Pedagogia	50							
	Subtotal por Programa	150	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano	150							
2001	Licenciatura em Pedagogia	50							
	Subtotal por Programa	50	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano	50							
2002	Licenciatura em Pedagogia	50							
	Subtotal por Programa	50	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano	50							
2003	Licenciatura em Letras	50							
	Licenciatura em Matemática	70							
	Licenciatura em Pedagogia	50							
	Subtotal por Programa	170	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano	170							
2004	Licenciatura em Letras	50							
	Licenciatura em Pedagogia	50							
	Subtotal por Programa	100	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano	100							
2005	Licenciatura em Ciências Naturais	50							
	Licenciatura em Letras	50							
	Licenciatura em Pedagogia	30							
	Subtotal por Programa	130	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano	130							
2006	Licenciatura em Letras	50							

	Licenciatura em Pedagogia	50							
	Subtotal por Programa	100	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano					100			
2007	Licenciatura em Letras	50							
	Licenciatura em Pedagogia	40							
	Licenciatura em Química	70							
	Subtotal por Programa	160	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano					160			
2008	Licenciatura em Letras	50							
	Licenciatura em Pedagogia	50							
	Subtotal por Programa	100	0	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano					100			
2009	Licenciatura em Ciências Naturais		40						
	Licenciatura em Letras		40						
	Licenciatura em Matemática		40						
	Licenciatura em Pedagogia		40						
	Bacharelado em Serviço Social		40						
	Subtotal por Programa	0	200	0	0	0	0	0	0
	Subtotal por Ano					200			
2010	Licenciatura em Biologia			21	40				
	Licenciatura em Ciências Naturais		40	23					
	Licenciatura em Ciências Sociais			23					
	Licenciatura em Geografia			37					
	Licenciatura em História			40					
	Licenciatura em Informática					40			
	Licenciatura em Letras		40	40	40				
	Licenciatura em Matemática		40	37					
Licenciatura em Pedagogia		40	80			80			

	Bacharelado em Serviço Social		40						
	Subtotal por Programa	0	200	301	80	40	80	0	0
	Subtotal por Ano					701			
2011	Licenciatura em Biologia				40				
	Licenciatura em Ciências Naturais		80						
	Licenciatura em Educação do Campo						40		
	Licenciatura em Geografia				40				
	Licenciatura em Informática						40		
	Licenciatura em Letras		40						
	Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Inglesa			80					
	Licenciatura em Matemática		80					50	
	Licenciatura em Pedagogia		40	40			40		
	Bacharelado em Serviço Social		40						
	Subtotal por Programa	0	280	120	80	0	120	50	0
	Subtotal por Ano					650			
2012	Curso Superior Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas								01
	Licenciatura em Ciências Naturais		40						
	Licenciatura em Educação Física			40	40				
	Licenciatura em História								01
	Licenciatura em Letras		40	40	40				
	Licenciatura em Matemática		80						
	Licenciatura em Pedagogia		80						01
	Bacharelado em Serviço Social		40						01
	Subtotal por Programa	0	280	80	80	0	0	0	4
	Subtotal por Ano					444			

2013	Curso Superior Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas							20
	Bacharelado em Administração							47
	Bacharelado em Administração Pública						50	
	Bacharelado em Ciências Contábeis							35
	Licenciatura em Ciências Naturais		40					
	Licenciatura em Educação Física				40			
	Bacharelado em Enfermagem		30					
	Licenciatura em Geografia			80				01
	Curso Superior Tecnológico em Gestão Ambiental							11
	Curso Superior Tecnológico em Gestão Hospitalar							12
	Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública							01
	Licenciatura em História							20
	Licenciatura em Letras		40					08
	Licenciatura em Matemática		40					
	Licenciatura em Pedagogia		40					54
	Bacharelado em Serviço Social							23
	Curso Superior Tecnológico em Segurança do Trabalho							01
	Bacharelado em Turismo		50					
	Subtotal por Programa	0	240	80	40	0	0	50
Subtotal por Ano							643	

Fonte: Elaborado pelo autor (SIE-UFPA; SIGAA-UFPA; SIS-UAB; SISPROUNI/UNOPAR; Plataforma Freire; Plataforma Moodle).

Número de vagas disponibilizadas no Município de Breves por curso (1990-2013)

Curso	Número de Vaga		Curso	Número de Vagas
Licenciatura em Pedagogia	1105		Bacharelado em Administração	47
Licenciatura em História	161		Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	21
Licenciatura em Matemática	537		Licenciatura em Biologia	101
Licenciatura em Ciências Naturais	363		Bacharelado em Ciências Contábeis	35
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	11		Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar	12
Licenciatura em Educação Física	120		Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	01
Licenciatura em Geografia	258		Licenciatura em Informática	80
Licenciatura em Educação do Campo	40		Licenciatura em Química	70
Licenciatura em Letras	768		Bacharelado em Serviço Social	184
Bacharelado em Enfermagem	30		Bacharelado em Turismo	50
Licenciatura em Ciências Sociais	23		Curso Superior Tecnológico em Segurança do Trabalho	01
Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua Inglesa	80		Bacharelado em Administração Pública	50

Fonte: Elaborado pelo Autor (SIE-UFGA; SIGAA-UFGA; SIS-UAB; SISPROUNI/UNOPAR; Plataforma Freire; Plataforma Moodle).